

# **INFORMS**

**INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO**

**Edição 014/2024  
Data: 25/01/2024**



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
GLO NO PORTO DE SANTOS PODERÁ SER PRORROGADA POR SEIS MESES E LEVADA AO NORDESTE .....	4
STS33 É QUALIFICADO NO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL .....	5
JÚLIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA É O NOVO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO PORTO.....	5
PORTO DE SANTOS FECHA APÓS VENTOS FORTES E TEMPORAL NO LITORAL DE SP .....	6
TRIPULAÇÃO, SENTIDO!.....	7
MAIS DE 18 MIL PROFISSIONAIS PORTUÁRIOS SÃO ORIENTADOS EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO PARANÁ.....	8
<b>MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>8</b>
MME AVANÇA NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES DAS DISTRIBUIDORAS .....	9
LEILÕES DE LTS DEVEM CAPTAR ATÉ R\$ 56 BI.....	10
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....</b>	<b>12</b>
GOVERNO FEDERAL VAI CRIAR FUNDO PARA AMPLIAR INVESTIMENTOS NA AVIAÇÃO .....	12
<b>PORTAL PORTO GENTE .....</b>	<b>13</b>
REVERTER A DESCONSTRUÇÃO DO TÚNEL SUBMERSO DO PORTO DE SANTOS .....	13
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>14</b>
EDITORIAL – ECONOMIA AZUL: ESTRATÉGIA NACIONAL .....	14
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	15
<i>Novo diretor</i> .....	15
<i>Currículo</i> .....	15
<i>Elogios</i> .....	15
<i>Montadoras 1</i> .....	15
<i>Montadoras 2</i> .....	16
<i>Montadoras 3</i> .....	16
NACIONAL - VOA BRASIL ENTRA EM VIGOR NO DIA 5 DE FEVEREIRO, DIZ MINISTRO .....	16
NACIONAL - GOVERNO PREPARA FUNDO DE R\$ 6 BI PARA FINANCIAR COMPANHIAS AÉREAS .....	16
NACIONAL - BANCO VAI OFERECER LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA O SETOR PORTUÁRIO .....	17
NACIONAL - BNDES LANÇA PROGRAMA PARA DESENVOLVER ECONOMIA AZUL .....	17
NACIONAL - MINISTÉRIO DA PESCA E APEXBRASIL ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	19
NACIONAL - MONTADORAS ANUNCIAM R\$ 10 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NO BRASIL.....	19
INTERNACIONAL - LISBOA RECEBE NAVIO QUE FEZ 1ª VIAGEM COM ZERO EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA .....	20
REGIÃO NORDESTE - STF DERRUBA DECISÃO QUE OBRIGAVA AUTORIDADE PORTUÁRIA A PAGAR IPTU EM SALVADOR .	21
AEROPORTOS - ANAC REFORÇA MEDIDAS CONTRA ATOS QUE PODEM COLOCAR VOOS EM RISCO.....	21
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....</b>	<b>22</b>
SEPÚLVEDA, DA SANTOS BRASIL: MUDANÇAS CLIMÁTICAS JÁ AFETAM O SETOR LOGÍSTICO-PORTUÁRIO NO BRASIL .....	22
SANTOS ALERTA CONTRIBUINTES PARA OBRIGATORIEDADE DE CADASTRO NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO ISS.....	24
SENADO AVALIA CRIAÇÃO DE PROGRAMA NACIONAL DE ARMAZENAGEM DE GRÃOS .....	25
PORTO DE SUAPE ATINGE CRESCIMENTO DE 38% NA MOVIMENTAÇÃO DE AÇÚCAR.....	25
BRASIL ASSUME FORÇA-TAREFA MUNDIAL DE COMBATE À PIRATARIA MARÍTIMA .....	26
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>27</b>
LULA QUER MANTEGA NA VALE. ENTENDA POR QUE O GOVERNO AINDA TEM INFLUÊNCIA NA MINERADORA, MAS ELA É MENOR HOJE.....	27
LULA BATEU NA VALE MAS, SABE-SE LÁ PORQUÊ, SE ESQUECEU DA BRASKEM .....	28
GOVERNO PREPARA PORTARIA PARA SIMPLIFICAR CARREIRAS DE SERVIDORES FEDERAIS .....	29
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....</b>	<b>30</b>
CAPITALISMO DE ESTADO É FILME ‘VISTO, QUE NÃO DEU CERTO E ESTÁ SE REPETINDO’, DIZ ECONOMISTA DO ITAÚ.....	30
MERCADANTE DEFENDE QUE BRASIL REPITA MODELO DA EMBRAER COM AVIÕES E SE ESPECIALIZE EM FAZER NAVIOS .....	34
GOVERNO CRIARÁ FUNDO DE ATÉ R\$ 6 BI PARA SOCORRER AÉREAS E QUER REDUZIR PREÇO DO QUEROSENE .....	35
NOVOS IMPOSTOS E DESCOBERTAS EM OUTROS PAÍSES TRAVAM INVESTIMENTO EM PETRÓLEO NO BRASIL.....	36
CONSELHO DA VALE DEVE DECIDIR FUTURO DE CEO ATÉ A PRÓXIMA TERÇA .....	38
BRIGA ENTRE GOVERNOS TARCÍSIO E LULA PODE ATRASAR OBRAS DE TÚNEL NO PORTO DE SANTOS; ENTENDA .....	40
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>43</b>
GOVERNO DISCUTE FUNDO DE ATÉ R\$ 6 BI PARA AÉREAS .....	43



FUNDO DE SOCORRO A COMPANHIAS AÉREAS CUSTARÁ ATÉ R\$ 6 BI.....	44
VOTORANTIM CIMENTOS INVESTIRÁ R\$ 5 BI ATÉ 2028.....	45
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF.....</b>	<b>46</b>
NOVA PORTARIA TRARÁ 200 EXCEÇÕES PARA TRABALHO EM FERIADOS.....	46
MERCADO LIVRE DE ENERGIA JÁ CONTA MAIS DE 3 MIL CONSUMIDORES.....	47
ACORDO COMERCIAL COM UNIÃO EUROPEIA É PRIORIDADE DO MERCOSUL.....	48
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>49</b>
BOLETIM LOGÍSTICO DA CONAB APONTA AUMENTO NA EXPORTAÇÃO DE SOJA PELOS PORTOS DO ARCO NORTE.....	49
VLI ATINGE A ECONOMIA DE 3 MILHÕES DE LITROS DE DIESEL COM O USO DA FERRAMENTA FUELYTICS.....	50
SUAPE CONTRATA SERVIÇO DE BUSINESS INTELLIGENCE PARA AUXILIAR DECISÕES ESTRATÉGICAS DE MERCADO.....	51
RECUPERAÇÃO DO CONTÊINER E SAFRA RECORDE ELEVAM MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DE SANTOS.....	52
ARTIGO - REFLEXÕES A RESPEITO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS TRABALHADORES AVULSOS PORTUÁRIOS.....	52
LEILÃO DO EX-NSS 'FELINTO PERRY' SERÁ DIA 23 DE FEVEREIRO.....	53
MARINHA PUBLICA NORMA ATUALIZADA DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO.....	54
PECÉM UTILIZA EMBARCAÇÃO AUTÔNOMA PARA ATUALIZAR CARTA NÁUTICA.....	55
BNDES AZUL TEM O MAR COMO CENTRO DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO.....	56
PORTO DE CABEDELO INAUGURA TRUCK CENTER NA SEXTA-FEIRA.....	58
INFRA S.A. PRORROGA PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE METODOLOGIA PARA SETOR FERROVIÁRIO.....	58
ANP DISTRIBUI OS ROYALTIES DE NOVEMBRO PARA CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO.....	59
ARTIGO - A IMPORTÂNCIA DO REPORTO PARA A MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS E FERROVIAS.....	59
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>60</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="https://www.linkedin.com">LINKEDIN.COM</a> .....	60



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## GLO NO PORTO DE SANTOS PODERÁ SER PRORROGADA POR SEIS MESES E LEVADA AO NORDESTE

Em vigor em Santos e em outros portos e aeroportos até maio, medida é considerada um acerto por ministro

*Por: A Tribuna Digital - SP*



**Em vigor, a GLO foi iniciada em 6 de novembro de 2023**  
**Foto: Sílvio Luiz/AT**

Prestes a entregar o comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública para assumir uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino anunciou que a operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em vigor desde novembro no Porto de Santos e em outros portos e aeroportos de São Paulo e do Rio de Janeiro, poderá ser prorrogada por mais seis meses. A declaração foi dada nesta quarta-feira (24), em entrevista à GloboNews.

O futuro ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) disse que a proposta da prorrogação surgiu em uma reunião realizada com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, além da direção da Polícia Federal (PF).

Segundo Dino, também surgiu a proposta de extensão do decreto para outros portos e aeroportos, “sobretudo no Nordeste”.

A atual GLO, iniciada em 6 de novembro de 2023 e com validade fixada até 3 de maio deste ano, tem foco na dinâmica criminosa do Sul e do Sudeste, segundo o ministro da Justiça, que deixará o cargo na próxima semana. A sugestão de ampliar as regiões onde o decreto vale, estendendo a operação para “algum porto e aeroporto de um estado do Nordeste”, deverá ser aprofundada pelo seu sucessor, Ricardo Lewandowski, e levada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Houve uma avaliação unânime de que a GLO dos portos e aeroportos foi um acerto. É eficiente e tem resultado em apreensão de drogas, prisão de pessoas e desvios de rotas por parte de organizações criminosas. Isso significa embarçar as suas atividades”, disse o ministro.

A GLO garante aos militares “poder de polícia” nos aeroportos de Guarulhos (SP) e do Galeão (RJ) e nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Itaguaí (RJ). Enquanto a medida está em vigor, as autoridades do Exército têm permissão para revistar pessoas, dar voz de prisão e fazer patrulhamento.

O dispositivo é uma tentativa de interromper os fluxos de tráfico de drogas e asfixiar as organizações criminosas agindo em locais que funcionam como importantes rotas para os criminosos. Em geral, o dispositivo, previsto em lei, é usado para suprir a falta de agentes das forças tradicionais de segurança.

A medida foi acionada semanas após a morte de um miliciano em confronto com a Polícia Civil no Rio de Janeiro, o que desencadeou um caos urbano. Na ocasião, pelo menos 35 ônibus foram incendiados na zona oeste do Rio em retaliação à ação da polícia. O sindicato das empresas de ônibus afirmou que esse foi o maior ataque a coletivos da história da cidade.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 25/01/2024**

## STS33 É QUALIFICADO NO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL

Projeto de arrendamento está em estudos e Autoridade Portuária pretende transferir terminal  
*Por: Bárbara Farias*



**O STS33 tem 51.460 m<sup>2</sup> e o projeto de arrendamento está em fase de estudos Foto: Carlos Nogueira/AT/Arquivo**

O terminal STS33 foi qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal. O decreto oficializando a medida foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e publicado na edição desta quarta-feira (24) no Diário Oficial da União (DOU). Atualmente, a área localizada no Bairro Jabaquara, em Santos, está arrendada para a Transbrasa e a Autoridade Portuária de Santos (APS) negocia a transferência para a Vila dos Criadores, uma área situada à margem do estuário santista.

O STS33 tem 51.460 m<sup>2</sup> e o projeto de arrendamento está em fase de estudos. Conforme o projeto, a concessão da área é destinada à armazenagem e movimentação de carga geral, de projeto ou containerizada, como uma retroárea do Porto de Santos. A modelagem do leilão é por maior outorga, com investimento previsto em infraestrutura de R\$ 36,7 milhões.

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos informou que “a destinação da área STS33, atualmente arrendada por meio de contrato de transição à empresa Transbrasa, segue em análise pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)”.

Ainda de acordo com a APS, “o contrato atualmente vigente se encerrará até 1º de março. O contrato de transição prevê a rescisão sem ônus com a conclusão do certame licitatório”. A arrendatária movimenta e armazena carga geral, carga de projeto e contêineres e possui um pátio para estacionamento de caminhões próprios. Cerca de 95% dos contêineres são de importação.

O STS33 está situado em terreno localizado dentro do perímetro urbano e a APS informa ter interesse “em substituir, na poligonal do Porto Organizado, a área atual por outra na margem do estuário, a Vila dos Criadores. Negociação neste sentido prossegue entre a Autoridade Portuária e a Prefeitura”.

### Como funciona

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) facilita as parcerias público-privadas (PPPs) e é visto como uma ferramenta indutora de desenvolvimento.

Com essas premissas, o programa contribui para a concepção e a execução de projetos de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada, conferindo segurança jurídica e retornos por meio de contratos de longo prazo que garantem o equilíbrio econômico-financeiro das empresas concessionárias.

No Porto de Santos, além do STS33, estão qualificados no âmbito do PPI o túnel submerso Santos-Guarujá e o projeto de arrendamento do STS53.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP  
Data: 25/01/2024*

## JÚLIO CEZAR ALVES DE OLIVEIRA É O NOVO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO PORTO

Ex-funcionário de carreira do Banco do Brasil foi indicado pelo Governo Federal para a função  
*Por: Bárbara Farias*



### **Anderson Pomini recebeu Júlio Cezar Alves de Oliveira na diretoria da APS Foto: APS/Divulgação**

A Autoridade Portuária de Santos (APS) conta com um novo diretor de Administração e Finanças. É Júlio Cezar Alves de Oliveira, de 67 anos, indicado pelo Governo Federal e que assumiu o cargo nesta terça-feira (23). Com ampla atuação na área financeira, o executivo ocupou a vice-presidência do Banco do Brasil (BB) entre 2015 e 2017 e fez carreira na instituição. Ele ocupa a vaga deixada pela advogada Bernadete Bacellar,

exonerada em 1º de dezembro.

Para Júlio César, o novo cargo na APS é um desafio que o estimula a contribuir para as futuras conquistas da empresa. Em nota, o presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, saudou a chegada do novo executivo. “É um gestor capacitado e experiente. Vem para contribuir com nossos projetos, que interessam ao Porto de Santos e ao Brasil”.

O novo diretor é graduado em Direito, tem pós-graduação em Finanças Empresariais e MBA para Formação de Gerentes pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Entre outras atribuições no Banco do Brasil, também foi presidente de empresas da área de seguros e saúde do conglomerado e presidente da Cateno, empresa de meios de pagamento ligada ao BB e à Cielo.

### **Terceira troca**

A chegada de Júlio César representa a terceira substituição na diretoria executiva da APS em um ano. Em 11 de dezembro, o advogado Gustavo Salvador Pereira assumiu o cargo de diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação, sucedendo o engenheiro Eduardo Lustoza. A Diretoria de Infraestrutura já havia trocado o titular em setembro, quando saiu Carlos Eduardo Bueno Magano e entrou o engenheiro Orlando Razões.

As três mudanças ocorreram após o ministro Silvio Costa Filho assumir a pasta de Portos e Aeroportos, em setembro, no lugar de Márcio França. Dos indicados pelo ex-ministro, permanecem na estatal o diretor de Operações, Antônio de Pádua de Deus Andrade, e o presidente Anderson Pomini.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 25/01/2024**

## **PORTO DE SANTOS FECHA APÓS VENTOS FORTES E TEMPORAL NO LITORAL DE SP**

A Praticagem de São Paulo confirmou a informação

**Por: ATribuna.com.br**



### **O Porto está fechado desde o fim da tarde desta quarta-feira Foto: Sílvio Luiz/AT**

Devido ao temporal e aos fortes ventos na Baixada Santista, o Porto de Santos fechou na tarde desta quarta-feira (24) para navegação. A Praticagem de São Paulo informou que o motivo foram os ventos que chegaram a 54 nós, o equivalente a mais de 100 km/h.

De acordo com a Praticagem, a Capitania dos Portos interrompeu o tráfego de navios às 17h50. Até o momento, o canal do Porto segue fechado.

Os ventos intensos também paralisaram o serviço de balsas no Litoral de São Paulo. As travessias de Santos/Guarujá e Guarujá/Bertioga pararam, porém os serviços já foram retomados. As cidades da região ficaram inundadas pelo temporal.

Fonte: A Tribuna Digital - SP  
Data: 25/01/2024

### TRIPULAÇÃO, SENTIDO!

Após dois anos, o capitão Robledo de Lemos Costa e Sá não deixou apenas seu posto, mas também seu legado para o Porto

Por: *Maxwell Rodrigues*



*Tripulação Sentido! Foto: Reprodução*

Em cerimônia realizada no último dia 16, no Cais da Marinha, no Porto de Santos, se deu a passagem de comando na Capitania dos Portos de São Paulo. Após dois anos, o capitão de mar e guerra Robledo de Lemos Costa e Sá deixou o posto. O Capitão, como era conhecido por muitos, deixa um legado incrível à Baixada Santista. Ao longo da sua gestão, demonstrou como poucos o papel de um verdadeiro líder, com espírito e capacidade de construção, mantendo todos ao seu redor com

foco colaborativo e trabalhando em conjunto para o desenvolvimento do setor.

Não recordo de ouvir alguém falar que o nosso Capitão deixou de atender a qualquer pedido. Em muitas oportunidades, em rodas de conversa, ficava claro o quanto Robledo era querido por todos. Posso até afirmar: uma unanimidade. Robledo vai deixar saudade em nossos encontros do setor portuário, com aquela conversa boa e que sempre tinha uma palavra de ensinamento. Aprendi muito com o Capitão.

Em certa oportunidade, debatendo o calado do Porto de Santos com a Praticagem, Robledo disse que “precisávamos ser práticos em nossas ações”. Ele, por sinal, era muito bom com trocadilhos e histórias da navegação. Logo que assumiu a Capitania dos Portos, passei a tê-lo como amigo próximo e levamos juntos a Confraria do Porto, evento exclusivo a executivos do setor portuário, para o navio Cisne Branco. O evento a bordo agradou e encantou muitos.

Além de capitão de mar e guerra, Robledo é um dos melhores produtores de TV que conheci. Sempre tinha uma pauta para o programa Porto 360°, na TV Tribuna. É criativo e preocupado em difundir a mentalidade marítima em nossa região. Em seu discurso de despedida, o Capitão emocionou e todos puderam perceber o quão importante a família é para ele. Isso me tocou, pois hoje minha filha também está me deixando para navegar em outros mares. Robledo deixa sua filha em nossa cidade para estudar, o que mostra quantas amizades fez e como se encantou com Santos e região. Ficamos felizes que, de alguma maneira, ele ainda deixe laços por aqui.

Na cerimônia de passagem de comando, creio que os termômetros marcavam 40°C e todos os presentes não dedicaram sequer um segundo para reclamar, preferindo direcionar o tempo para elogiar o comando de Robledo. Foram como ele, uma pessoa que olha sempre para as coisas boas e não negativas. Dentre tantas conversas e aprendizados, recordo-me de estar a bordo do Cisne Branco e ser desafiado por ele a subir no mastro da embarcação. Tarefa nada fácil e que, pelo desafio, acabei aceitando. Essa é mais uma passagem que levarei para a vida, com orgulho de ter realizado.

Éramos quase sempre os últimos a deixar os eventos, oportunidade ímpar para ouvir suas histórias e conhecimento sobre o nosso setor. Nosso Capitão sempre conseguia ser ouvido com facilidade quando falava e era capaz de inspirar as pessoas a seguirem seus passos. Robledo possui o dom da oratória, conseguindo influenciar e envolver todos a agirem para o bem. Especialistas dizem que grandes líderes são aqueles que sabem lidar com pessoas e que possuem relações saudáveis, conquistando o respeito naturalmente. Sabia influenciar e não manipular, por meio de bons argumentos e da capacidade de persuasão - não pela sua posição, mas sim porque conseguia provar que aquilo era importante.

Capitão, dedico este artigo a você, em agradecimento pelos ensinamentos e por mostrar para muitos em nossa região que podemos ser líderes diferentes e com bons propósitos. Toda tripulação do setor portuário santista estará sempre em sentido para lhe receber e esperamos mais sucesso em sua jornada. Valeu, Capitão, você vai fazer falta. E ao capitão de mar e guerra Marcus André de Souza e Silva, que assume no lugar de Robledo, desejo uma jornada prospera na Capitania do Portos e afirmo que todos estão de braços abertos para o novo amigo Capitão que chega.

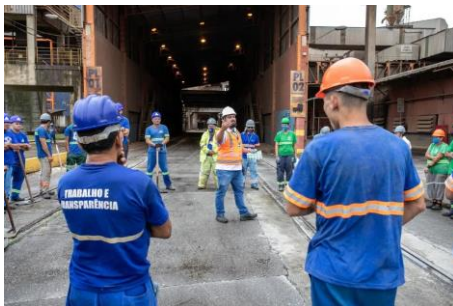
*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 25/01/2024*

## MAIS DE 18 MIL PROFISSIONAIS PORTUÁRIOS SÃO ORIENTADOS EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO PARANÁ

As campanhas de conscientização foram promovidas pela Portos do Paraná em Paranaguá e Antonina

*Por: ATribuna.com.br*



**Trabalhadores participando de ação de conscientização sobre saúde e segurança do trabalho Foto: Cláudio Neves/Portos do Paraná**

Mais de 18,3 mil profissionais do setor portuário receberam orientações sobre saúde e segurança do trabalho nos portos de Paranaguá e Antonina, em 2023. As ações de conscientização foram promovidas pela Portos do Paraná. O balanço do ano passado corresponde a um aumento de 12,2% em relação ao mesmo período de 2022.

Segundo a Portos do Paraná, foram realizadas campanhas de prevenção de acidentes na empresa pública e nos mais diversos setores, serviços e operações dos portos paranaenses.

“As campanhas e os diálogos de segurança são as ferramentas dos nossos eventos de conscientização, os quais têm o objetivo de levar informações preventivas aos trabalhadores. Todos os nossos esforços são para levar essa informação com qualidade e ao maior número de pessoas possível, de uma forma direcionada e customizada para cada atividade”, destaca o gerente de Saúde e Segurança do Trabalho da Portos do Paraná, José Sbravatti.

Sbravatti explica que “exploramos detalhes relevantes para o dia a dia deles, procuramos levar um tema específico sobre os regulamentos e procedimentos operacionais do porto e, logicamente, desvios ou incidentes que aconteceram no passado e que precisamos reforçar o entendimento para que eles não voltem a acontecer”.

De acordo com a Autoridade Portuária, o acumulado de 2023 fechou em 18.317 participações, sendo que no mês de abril, graças à Campanha Abril Verde, que alerta sobre segurança, saúde e prevenção de acidentes no trabalho, o pico foi de 2.707 trabalhadores participantes. Em 2022, o número total ficou em 16.330, enquanto em 2021 a presença fechou em 11.830.

“É um resultado muito expressivo e creio que seja referência para os demais portos do segmento”, finaliza Sbravatti.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 25/01/2024*



## MME AVANÇA NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES DAS DISTRIBUIDORAS

São 20 distribuidoras que têm os seus contratos de concessão vencendo entre 2025 e 2031  
*Por Ângela Fernanda Belfort*



***A conta de luz dos consumidores de energia do mercado cativo – que compram energia às distribuidoras – é mais cara do que a energia comercializada no mercado livre, onde o cliente pode escolher a empresa a quem vai comprar. Foto: Ricardo Botelho/MME***

O Tribunal de Contas da União (TCU) proferiu decisão, nesta quarta-feira (24), autorizando o Ministério de Minas e Energia (MME) a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras de energia elétrica no Brasil. Atualmente, a energia mais cara do Brasil é a que é vendida pelas distribuidoras de energia, que detém o monopólio de vender este serviço para todos os consumidores do mercado cativo, formado principalmente por residências, embora também inclua pequenos comércios e indústrias de pequeno porte.

Isso vai atingir pelo menos 20 distribuidoras que possuem contratos de concessão com vencimentos previstos entre 2025 e 2031. Por exemplo, a Neoenergia Pernambuco terá o seu contrato de concessão vencendo em 2030. Depois de 2031, mais 33 concessionárias terão os seus contratos terminando.

O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Isso significa que dependendo da forma que isso for feito o consumidor residencial do Brasil poderá ter uma redução na sua conta de luz. Geralmente, a energia comercializada pelas distribuidoras é 20% a 30% mais cara do que a comprada no mercado livre, onde o consumidor escolhe a empresa que vai comprar energia. Só lembrando, no mercado livre os consumidores recebem energia em alta tensão, o que exclui os consumidores do mercado cativo – formado principalmente por residências que consomem em baixa tensão. No mercado cativo, os clientes só podem comprar energia de uma distribuidora.

No despacho, a Côrte de Contas também reconheceu a legitimidade do Poder Executivo em publicar decreto com as diretrizes dos contratos de concessão, que tem como objetivo promover previsibilidade e estabilidade ao setor elétrico. “Essas diretrizes englobarão cláusulas técnicas e econômicas necessárias a entrega de boa qualidade no serviço de distribuição de energia elétrica para a sociedade brasileira”, disse, via assessoria de imprensa, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

### **A complexidade da conta de energia**

A questão é complexa por vários motivos. Primeiro, quase todos os desmandos que ocorreram no setor elétrico tiveram o risco e a conta repassada para os clientes das distribuidoras pagarem nas últimas duas décadas. E, por incrível que pareça, em vários casos os desmandos ocorreram por falta de planejamento do próprio sistema, a influência política que apagões ou a falta de energia poderiam ter no governo federal etc.

Grande parte das distribuidoras tiveram os seus contratos de concessão assinados no começo dos anos 2000, quando o serviço deixou de ser prestado por empresas públicas e passou a ser oferecido por empresas privadas com as regras – inclusive a remuneração- definidas nos contratos de concessão. Ou seja, a maior parte dos desmandos que chegaram para os consumidores residenciais pagarem não foi estabelecido pelas distribuidoras, mas principalmente pelo governo federal com o aval do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A lógica destas concessões sempre foi manter o equilíbrio econômico do contrato com as distribuidoras e empurrar despesas extras, como por exemplo o risco hidrológico – por falta de chuvas – para a conta dos consumidores que são obrigados a comprar das distribuidoras. Até o presidente da República, Lula, já falou que é injusto a forma como se cobra a energia elétrica hoje no Brasil.

Definir regras para deixar a conta menos pesada para os consumidores residenciais é o grande desafio, segundo especialistas. Aproximadamente 75% da expansão da geração brasileira ocorreu em fontes renováveis, com o objetivo de vender esta energia no mercado livre, ambiente no qual a conta de energia é de 20% a 25% mais barata do que a comprada das distribuidoras. Cerca de 70% dos subsídios pagos a estas fontes de energia são bancados pelos consumidores das distribuidoras, segundo o ex-diretor da Aneel Edvaldo Santana. Ou seja, o consumidor residencial é quem está bancando grande parte dos subsídios, enquanto os maiores consumidores de energia pagam menos.

Agora, é ver como o governo federal vai resolver essa questão. E o TCU já informou também que vai acompanhar caso a caso.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**  
**Data: 25/01/2024**

## LEILÕES DE LTS DEVEM CAPTAR ATÉ R\$ 56 BI

**Informações: Revista OE**



Ao longo dos próximos seis anos, os leilões de linhas de transmissão e novas subestações podem atingir investimentos da ordem de R\$ 56,2 bilhões. Desse total, pouco mais que a metade (54%) ou R\$ 24,7 bilhões devem se originar de dois certames a serem realizados neste ano – um em março e outro em setembro.

Esses dados fazem parte do estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME), chamado Programa de Expansão da Transmissão (PET) e Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP), lançado no final do ano. O

PET/PELP consiste em um documento gerencial, publicado duas vezes ao ano, que abrange

todas as obras de expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN) que ainda não tenham sido autorizadas ou licitadas.

De acordo com o estudo, os novos projetos visam principalmente a aumentar a margem de escoamento da geração renovável para os centros consumidores, melhorar o atendimento regional nos Estados e a confiabilidade no fornecimento de energia ao País, trazendo soluções para sobrecargas, por exemplo.

Dos aportes previstos no levantamento, R\$ 37,8 bilhões (67%) dizem respeito a investimentos em linhas de transmissão, ao passo que R\$ 18,4 bilhões (33%) são relacionados a subestações. R\$ 45,7 bilhões (81%) são referentes a investimentos em instalações de caráter licitatório, enquanto R\$ 10,5 bilhões (19%) são associados a instalações de caráter autorizativo.

Por fim, R\$ 30,6 bilhões (54%) se referem a investimentos em obras planejadas originalmente com o propósito de escoamento de geração, eventualmente envolvendo a ampliação das interligações, ao passo que R\$ 25,6 bilhões (46%) são relativos a obras planejadas com foco no atendimento aos mercados regionais.

As novas linhas de transmissão serão implantadas principalmente no Norte e Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste ocorrerão a ampliação e reforço das linhas existentes, nas quais o SIN já está operando próximo à sua capacidade máxima. A construção de novas subestações será realizada principalmente no Norte e Nordeste, onde a demanda de energia elétrica está crescendo mais rapidamente.



Do investimento total de R\$ 56,2 bilhões contemplado no documento, R\$ 18,3 bilhões (33%) serão aplicados no Sudeste/Centro-Oeste, R\$ 16,9 bilhões no Nordeste (30%), R\$ 15,8 bilhões no Sul (28%) e R\$ 5,2 bilhões no Norte (9%). Segundo a EPE, os investimentos estão distribuídos de forma equilibrada entre as regiões, considerando as particularidades de cada local.

Na região Norte, por exemplo, foi pensado um plano de trabalho dos estudos de transmissão com o objetivo de expandir as interligações de Manaus e Boa Vista, visando aumentar a confiabilidade do sistema. Nessa região há, ainda, a previsão de implementação de um novo circuito de energias renováveis, que resultará na diminuição da geração térmica, com a perspectiva de redução da tarifa.

O PET/PELP contempla também uma nova linha de corrente contínua de alta tensão que ligará a região Nordeste, atualmente crescente produtora de energia renovável, ao Sul/Sudeste. A perspectiva é que o leilão seja realizado entre 2025 e 2026, com previsão de operar em 72 meses.

No ciclo anterior, somente em 2023, foram contratados R\$ 37,5 bilhões em projetos destinados a ampliar a capacidade de transmissão da energia eólica e solar gerada no Nordeste para os centros de consumo do Sudeste e Sul. Os leilões de 2024 seguem uma lógica semelhante, enquanto para os anos seguintes o foco do setor vai se virar mais para a região Norte.

Por meio dos leilões, que têm se mostrado bastante competitivos, o setor aumentou em cerca de 80% sua capacidade na última década. Segundo analistas de mercado, isso ocorre porque as concessões de transmissão são consideradas as mais seguras do setor elétrico, uma vez que é um mercado bem regulado, em que o vencedor ganha um contrato de 30 anos indexado ao IPCA e sem risco de inadimplência. Além disso, o empreendedor que conseguir antecipar as obras recebe uma Receita Anual Permitida (RAP) extra.

### **Primeiro edital de 2024 deve atrair R\$ 18,2 bilhões**

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou em novembro o edital prévio do primeiro leilão de transmissão de energia elétrica de 2024, que será realizado em 28 de março na sede da B3, em São Paulo. Ele contempla a construção e manutenção de 6.464 km em linhas de transmissão novas e seccionamentos e de 9.200 MW em capacidade de transformação, abrangendo 14 Estados. Esse edital tem a expectativa de gerar R\$ 18,2 bilhões em investimentos no setor.

Dos 15 lotes propostos, seis têm investimento previsto superior a R\$ 1 bilhão. A maioria dos empreendimentos visa expandir a rede básica da região Nordeste, permitindo o pleno escoamento das usinas já contratadas e fazer frente à expectativa de contratação de elevados montantes de energia provenientes de novos empreendimentos de geração renovável, com destaque para as usinas eólicas e solares.

Segundo a Aneel, a construção dos 69 empreendimentos previstos no certame possui estimativa de criação de 35 mil empregos diretos e indiretos. O destaque em termos financeiros é o item 6, cuja construção é estimada em R\$ 3,39 bilhões, com 726 km em linhas de transmissão e duas subestações nos Estados da Bahia e de Minas Gerais. Quanto ao prazo de construção, o mais longo é o do Lote 12, com 72 meses. O período se justifica, segundo a agência, porque a entrada em operação do lote depende da entrega da subestação Graça Aranha, que compõe o Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2023.

O primeiro leilão de 2024 será por deságio, que significa que vencerá a empresa que oferecer maior desconto sobre a receita anual máxima permitida definida para cada contrato. De modo a aumentar a segurança no processo licitatório, a Aneel incorporou inovações à minuta desse edital.

As empresas vencedoras do leilão deverão comprovar a implementação de obra similar correspondente a, pelo menos, 30% do porte do escopo das obras no lote disputado. No caso de linha de transmissão, esse percentual será correspondente à extensão do empreendimento na

mesma tensão. Em relação à subestação ou instalação de equipamentos, será considerada a potência do empreendimento ou do equipamento.

Segundo a agência, a habilitação econômica e financeira das proponentes também passará por alterações em relação aos editais anteriores. A proponente vencedora deverá apresentar as demonstrações contábeis acompanhadas de parecer de auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Caso a proponente vencedora seja inabilitada, as remanescentes serão convocadas, segundo a ordem crescente dos valores dos lances ofertados no leilão, para apresentar os documentos de habilitação, desde que aceite a proposta financeira apresentada pela proponente inabilitada. Se nenhuma das remanescentes aceitar a proposta financeira ofertada pela inabilitada, a Comissão Especial de Leilões da Aneel poderá convocá-las para apresentação, em sessão pública extraordinária, de envelope contendo proposta adicional ou manifestação de não interesse.

Na circunstância em que haja apresentação de uma ou mais propostas menores que a classificada em segundo lugar no leilão, será convocada para apresentação dos documentos de habilitação a participante que oferecer o menor valor de RAP. Se não houver propostas na ocasião, será convocada para apresentar os documentos de habilitação a segunda classificada durante o leilão, pelo valor do seu próprio lance.

O edital prévio aprovado pela Aneel está em análise no Tribunal de Contas da União (TCU) e a previsão é que o documento final esteja concluído em fevereiro, quando será publicado o aviso de licitação.

Distribuição do investimento total previsto nos leilões

Fonte: EPE

LT – linhas de transmissão

SE – subestações

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 25/01/2024

 Presidência da República

 Portos e Aeroportos

**GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF**

**GOVERNO FEDERAL VAI CRIAR FUNDO PARA AMPLIAR INVESTIMENTOS NA AVIAÇÃO**

"Por orientação do presidente Lula, nós estamos comprometidos a buscar alternativas que visam fortalecer o modal aéreo", ressaltou o ministro Silvio Costa Filho



**Silvio Costa Filho falou com a imprensa sobre a criação do fundo para aviação - Foto: Eduardo Oliveira/MPor**

O Governo Federal está elaborando um plano para o fortalecimento da aviação civil brasileira que tem por objetivo proporcionar que mais brasileiros possam viajar utilizando o modal aéreo. O anúncio foi feito pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante coletiva

à imprensa nesta quarta-feira (25) no Palácio do Planalto.

“Por orientação do presidente Lula, nós estamos comprometidos a buscar alternativas que visam fortalecer a aviação brasileira. Vamos avançar e, em breve, apresentar ao país e, sobretudo, as companhias aéreas um plano de fortalecimento da aviação brasileira, para que as aéreas possam buscar crédito, se capitalizar e, com isso, poder ampliar investimentos na aviação”, destacou Costa Filho.

O titular da pasta de Portos e Aeroportos acrescentou também que o planejamento é incluir a redução do preço do querosene usado em aviões e a criação de um fundo de financiamento da aviação civil, para que as empresas aéreas possam ampliar os investimentos nacionais em manutenção e na compra de novas aeronaves.

Durante atendimento aos profissionais da imprensa, o ministro reforçou que está sendo debatido a questão do alto número da judicialização no modal aéreo brasileiro, o que tem prejudicado a entrada de novas empresas no país, a melhoria dos aeroportos no Brasil e a construção de novos aeroportos por meio do Novo PAC.

"De fato, pela primeira vez na história do Brasil, a gente está tendo o compromisso do Governo Federal de avançar numa agenda da aviação brasileira. Apesar de todas as dificuldades, nós tivemos no ano de 2023, em relação a 2022, um crescimento de 15% na aviação brasileira. Saímos de 98 milhões de passageiros para 112 milhões e a gente espera, em 2024, chegarmos a mais de 125 milhões de passageiros no Brasil. Agora há um compromisso, mais que nunca no Governo Federal, de ajudar as companhias aéreas para que mais brasileiros possam de fato viajar pelo Brasil, concluiu".

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**  
**Data: 25/01/2024**



## PORTAL PORTO GENTE

### REVERTER A DESCONSTRUÇÃO DO TÚNEL SUBMERSO DO PORTO DE SANTOS

*Editor Portogente*

*O estadista age a partir de estimativas que não se podem comprovar no momento e será julgado na história pela sensatez com que administrou a transformação inevitável (Henry Kissinger)*

A obra do túnel submerso ligando as margens do canal do Porto de Santos, que pode pôr fim uma espera de quase cem anos, como ocorreu com a transposição do Rio São Francisco, no governo Lula, está se transformando em uma guerra imperial semeada entre o Porto de Santos e o governo de São Paulo. Por falta de mediação política à altura do desafio centenário e de competência técnica para avaliar a complexidade da obra, o projeto está fadado a não decolar, mais uma vez, se não forem tomadas providências urgentes.



**Túnel Dad 18JAN2024**

**Veja mais \* Fracasso no túnel submerso do Porto de Santos pode desabonar governo**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115769-fracasso-no-tunel-submerso-do-porto-de-santos-pode-desabonar-governo>

Em novembro de 2023, o ministro Sílvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, anunciava pela revista Veja, que Lula e Tarcísio estavam em sintonia administrativa para poder fazer os projetos de interesse do povo de São Paulo e do Brasil. Destacava o túnel Santos-Guarujá. Confirmava as palavras do ex-ministro



Márcio França, em setembro, quando deixava o ministério de Portos: “Lula traz Tarcísio e seu partido para nos apoiar no governo”.

### ***Veja ainda \* Projetos do Porto de Santos sem gestão para acontecerem***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115744-projetos-do-porto-de-santos-sem-gestao-para-acontecerem>

Uma das principais utilidades desse túnel implica mobilidade urbana, muito mais do que o desprezível transporte de cargas apontado por estudos da Escola Politécnica da USP. Assim, também desativar os serviços de travessia do canal com balsas, que cruzam a rota do movimento de navios no porto. Serviço este administrado pelo Governo do Estado. Portanto, essa parceria com o Estado de São Paulo é prioridade lógica a ser resolvida, para evitar afastamento do propósito e o fiasco gigantesco.

### ***Veja também \* Necessário construir um Porto de Santos Verde***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115733-necessario-construir-um-porto-de-santos-verde>

Decerto, o presidente Lula não tem preocupação de que dividir os louros do túnel submerso do Porto de Santos com o governador Tarcísio, do estado mais importante do País, possa enfraquecer a disputa para o seu quarto mandato. Diferente do fracasso de não entregar a obra prometida que, indubitavelmente, desabona seu governo. Está mais do que na hora de dar um basta à irresponsabilidade de gerar crises sucessivas e atrapalhar o andamento de um projeto essencial à competitividade do porto, ao desenvolvimento regional, bem como ao progresso nacional.

### ***Veja ainda \* Dragar o Porto de Santos com inovação***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115731-dragar-o-porto-de-santos-com-inovacao>

As prioridades do Porto de Santos não podem ser avaliadas como investimentos de baixa qualidade, pela impressão que passam as querelas pessoais da construção do túnel submerso que se acirram. O risco de falar, mais uma vez, de construção desse projeto fracassada discorda do propósito do presidente Lula que quer chegar ao final deste mandato com coisas concretas.

### ***Veja mais \* Portos de Santos e do Maranhão disputam hinterlândias***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115685-portos-de-santos-e-do-maranhao-disputam-hinterlandias>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 25/01/2024



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – ECONOMIA AZUL: ESTRATÉGIA NACIONAL**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O lançamento do programa BNDES Azul representa um passo significativo para o fortalecimento da chamada economia azul no Brasil, reafirmando o oceano como peça central na agenda estratégica nacional. O programa, que abrange quatro áreas distintas, incluindo o Planejamento Espacial Marinho, demonstra o compromisso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e, dessa forma, do Governo Federal – em impulsionar a indústria naval, promover a inovação e contribuir para a sustentabilidade dos recursos hídricos.

A alocação de recursos significativos, cerca de R\$ 22 bilhões, para a economia azul na carteira do BNDES reflete a importância crescente desse setor para a economia brasileira. Projetos que envolvem docagem, embarcações de apoio, estaleiros, navios petroleiros, transporte marítimo,



portos e terminais são contemplados, indicando uma abordagem abrangente para o desenvolvimento da economia marinha.

A iniciativa de Planejamento Espacial Marinho para a Região Sul, com um investimento não reembolsável de R\$ 7 milhões, é um passo crucial para mapear e compreender os usos atuais e potenciais do ambiente marinho nessa região. Esse tipo de planejamento é essencial para a gestão sustentável dos recursos marinhos e o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com a preservação ambiental.

A ênfase na construção naval é particularmente relevante, considerando que a grande maioria das exportações brasileiras são realizadas por via marítima. Os incentivos oferecidos pelo BNDES para projetos de construção, modernização e reparo de embarcações visam a impulsionar esse setor crucial, contribuindo não apenas para a economia, mas também para a competitividade internacional.

A meta de descarbonização das emissões de navios até 2030, alinhada com as diretrizes da Organização Marítima Internacional (IMO) da ONU, destaca o compromisso com a sustentabilidade. O estímulo ao uso de combustíveis renováveis nos navios, como amônia verde e hidrogênio verde, abre caminho para novas oportunidades ecológicas e econômicas.

O BNDES Azul não apenas representa um investimento financeiro substancial, mas também uma visão abrangente para o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos do Brasil. O programa está alinhado com as necessidades presentes e futuras, promovendo uma abordagem holística para a economia azul, que é vital para o futuro do País.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 25/01/2024*

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **NOVO DIRETOR**

A Autoridade Portuária de Santos (APS) anunciou Júlio César Alves de Oliveira como novo diretor de Administração e Finanças. Indicado pelo Governo Federal, ele assumiu o cargo na terça-feira, dia 23. Ele substitui Bernadete Bacellar, que deixou a função no fim de 2023 por determinação do Ministério de Portos e Aeroportos.

### **CURRÍCULO**

Júlio César é ex-funcionário de carreira do Banco do Brasil. Foi vice-presidente da instituição entre 2015 e 2017; presidente de empresas da área de seguros do conglomerado do banco nas áreas de seguro e saúde; e, por fim, presidente da empresa de meios de pagamento Cateno SA, parceria entre Banco do Brasil e iniciava privada.

### **ELOGIOS**

O presidente da APS, Anderson Pomini, saudou a chegada do novo executivo. “Recebemos com entusiasmo a vinda de um gestor tão capacitado e experiente. Júlio César vem para contribuir com nossos projetos, que interessam ao Porto de Santos e ao Brasil”, afirmou.

### **MONTADORAS 1**

Duas montadoras multinacionais vão investir R\$ 10 bilhões na implantação de linhas de produção de automóveis no Brasil. Os projetos foram apresentados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reuniões com executivos das duas empresas nessa quarta-feira, em Brasília. Um dos encontros, ocorrido no Palácio da Alvorada, foi com representantes da companhia chinesa BYD, que produz carros elétricos. A empresa assumiu a planta industrial da Ford em Camaçari (BA), onde investirá R\$ 3 bilhões nos próximos anos.

### **MONTADORAS 2**

A unidade de Camaçari será a primeira fábrica da gigante asiática nas Américas. No término do encontro, o presidente Lula recebeu um carro elétrico da empresa em regime de comodato. O veículo será utilizado pela Presidência da República.

### **MONTADORAS 3**

Horas depois, no Palácio do Planalto, Lula teve um encontro com o presidente da General Motors International, Shilpan Amin, e o presidente da empresa para a América do Sul, Santiago Chamorro. Eles anunciaram um plano de investimentos da empresa no Brasil, no valor de R\$ 7 bilhões até 2028. A GM é proprietária da marca Chevrolet.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 25/01/2024**

### **NACIONAL - VOA BRASIL ENTRA EM VIGOR NO DIA 5 DE FEVEREIRO, DIZ MINISTRO**

Programa vai oferecer passagens a R\$ 200 para determinados grupos da sociedade

Por **MARÍLIA SENA** [marilia.sena@redebnews.com.br](mailto:marilia.sena@redebnews.com.br)



**O programa Voa Brasil visa oferecer passagens a R\$ 200 para aposentados do INSS, estudantes bolsistas do Prouni e cerca de 2,5 milhões de brasileiros que nunca voaram**

Medida prevê passagens aéreas a R\$ 200

O programa Voa Brasil, que prevê passagens aéreas a R\$ 200, será lançado oficialmente no dia 5 de fevereiro, cinco dias antes do início das celebrações do Carnaval. A informação foi confirmada na quarta-feira, dia 24, pelo ministro de Portos e

Aeroportos, Silvio Costa Filho.

O ministro confirmou a data logo após uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No último dia 9 ele já havia indicado que o lançamento do programa seria feito até a primeira semana de fevereiro.

O programa vai oferecer passagens a R\$ 200 para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni). A ideia é que, inicialmente, o Voa Brasil ofereça bilhetes aéreos de baixo custo a quem nunca voou. Os candidatos ao benefício também devem ter renda de até dois salários mínimos nos últimos 12 meses.

De acordo com o ministro, além dos 2,5 milhões de CPFs que nunca voaram, 20,8 milhões de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e 600 mil estudantes do Prouni também estarão aptos ao benefício.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 25/01/2024**

### **NACIONAL - GOVERNO PREPARA FUNDO DE R\$ 6 BI PARA FINANCIAR COMPANHIAS AÉREAS**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O Governo Federal prepara um subsídio através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de R\$ 6 bilhões para financiar as companhias aéreas. A medida faz parte da negociação do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, para baratear os preços dos bilhetes aéreos.

“(O subsídio) Está em construção com o ministro (da Fazenda) Fernando Haddad, com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Nós iremos apresentar ao país um fundo de financiamento da





aviação brasileira, para que as empresas aéreas possam buscar crédito, se capitalizar e, com isso, poder ampliar investimentos na aviação”, declarou Costa Filho.

O anúncio foi feito após uma reunião do ministro de Aeroportos com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, no Palácio do Planalto, na quarta-feira, dia 24. O subsídio deve substituir a proposta do Fundo Nacional de Aviação (FNAC), que está em discussão no Congresso Nacional.

Dois projetos de lei estão tramitando na Câmara dos Deputados. Um deles desde o ano de 2011. Os textos ainda não foram levados à discussão no Plenário, mas têm potencial para conceder até R\$ 8 bilhões em empréstimos para as companhias, que devem reverter o montante em investimentos no setor aéreo brasileiro.

Recentemente o BE News publicou dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apontaram uma alta de 13,53% no preço das passagens aéreas no ano passado.

As empresas aéreas chegaram a assumir um compromisso no final do ano passado de diminuir o valor dos bilhetes aéreos. Gol, Latam, Azul e Voepass divulgaram medidas para favorecer preços menores. Entre elas o incentivo a compra de bilhetes com 15 dias de antecedência e tarifas de assistência emergencial com 80% de desconto.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 25/01/2024*

## **NACIONAL - BANCO VAI OFERECER LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA O SETOR PORTUÁRIO**

Por **MARÍLIA SENA** [marilia.sena@redebnews.com.br](mailto:marilia.sena@redebnews.com.br)

Para respaldar o novo ciclo de investimentos no setor portuário, esmaado em aproximadamente R\$ 45 bilhões no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), abrangendo arrendamentos e Terminais de Uso Privativo, o BNDES oferece linhas específicas de financiamento com prazos que podem se estender até 34 anos.

Aloizio Mercadante ressalta que o foco não está no lucro imediato, enfatizando seu compromisso com o desenvolvimento do Brasil. Em colaboração com o setor privado para impulsionar o segmento portuário, o BNDES também pode realizar operações no mercado de capitais, emitindo debêntures em condições atrativas.

Como estímulo à inovação na indústria naval, o Programa BNDES Mais Inovação, que oferece crédito com taxa vinculada à Taxa Referencial (TR), aproximadamente 2%, para investimentos em inovação e digitalização, está disponível para apoiar as empresas relacionadas à economia azul.

Em mais uma iniciativa estratégica, o BNDES, por meio do Fundo Clima, inicia 2024 com a possibilidade de incluir projetos relacionados a recursos hídricos em uma das suas seis linhas, denominada Florestas Navas e Recursos Hídricos. Essa novidade promete oferecer mecanismos mais abrangentes para a estruturação de projetos relacionados à economia azul, com a menor taxa do Fundo, fixada em 1% ao ano.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 25/01/2024*

## **NACIONAL - BNDES LANÇA PROGRAMA PARA DESENVOLVER ECONOMIA AZUL**

Objetivo do BNDES Azul é impulsionar a pesquisa marinha e costeira, descarbonização, infraestrutura portuária e projetos de recursos hídricos

Por **MARÍLIA SENA** [marilia.sena@redebnews.com.br](mailto:marilia.sena@redebnews.com.br)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou na quarta-feira, dia 24, o programa BNDES Azul, com quatro áreas de atuação distintas. Uma delas abrange o Planejamento Espacial Marinho (PEM) da costa brasileira, cujo contrato para a Região Sul foi

formalizado na ocasião. Além disso, a iniciativa inclui incentivos à inovação e descarbonização da frota naval, promoção da infraestrutura portuária e apoio a projetos de recursos hídricos através do Fundo Clima.



***Na opinião do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, é preciso destacar a importância do oceano, visando fortalecer a indústria naval e aprofundar pesquisas marinhas (Crédito: Tomaz Silva/Agência Brasil)***

Somando-se às novas frentes, o banco já dispõe de aproximadamente R\$ 22 bilhões em sua carteira voltados para a economia azul. Desse montante, R\$ 13,6 bilhões são destinados a projetos como docagem, embarcações de apoio, estaleiros e navios petroleiros, enquanto R\$ 7,7 bilhões estão alocados para iniciativas nas áreas de transporte marítimo, portos, terminais e embarcações. Recursos adicionais de R\$ 296,7 milhões estão disponíveis para o setor de turismo marinho e costeiro, e R\$ 47 milhões estão direcionados para apoiar projetos de recuperação de manguezais, como parte da iniciativa Floresta Viva, em parceria com a Petrobras, visando à preservação de oito manguezais para proteger a vida marinha.

Para o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, é preciso destacar o oceano como elemento central na agenda estratégica nacional, visando fortalecer a indústria naval e aprofundar pesquisas marinhas no país. Ele ressaltou a importância dos oceanos, especialmente para uma nação com extensa costa de 8,5 milhões de quilômetros, afirmando que os interesses marítimos são cruciais para o futuro.

O Planejamento Espacial Marinho para a Região Sul receberá um investimento não reembolsável de R\$ 7 milhões, com um prazo de conclusão do estudo de 36 meses. O objetivo é mapear os usos atuais e potenciais do ambiente marinho na Região Sul, que abriga instituições de pesquisa especializadas em estudos costeiros e marinhos, além de cinco dos principais portos do Brasil. O edital para o PEM na Região Sudeste foi lançado durante o evento, com recursos não reembolsáveis de R\$ 12 milhões e inscrições abertas até 15 de março.

### **Construção naval**

Mercadante ressaltou que 95% das exportações brasileiras são realizadas por via marítima, totalizando mais de R\$ 1,5 trilhão no último ano. Ele enfatizou a necessidade de investir na construção naval, destacando que o BNDES está preparado para apoiar projetos na área. Projetos de construção de embarcações podem receber redução na taxa de juros de até 0,24 pontos percentuais, enquanto para modernização, conversão ou jumborização de embarcações, a redução pode atingir até 0,40 pontos percentuais. Projetos de docagem, reparo e manutenção de embarcações também podem beneficiar-se com uma redução de até 0,2 pontos percentuais na taxa de juros, desde que a empresa demonstre compromisso socioambiental e apresente um inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Mercadante expressou otimismo em relação à Marinha, sugerindo que ela pode liderar o setor e competir internacionalmente, o que resultaria na reativação dos estaleiros nacionais. No ano passado, o BNDES destinou R\$ 1 bilhão para a construção naval, um aumento significativo em comparação com os R\$ 600 milhões de 2022. O presidente do BNDES assegurou que, em 2024, os desembolsos não ficarão abaixo de R\$ 2 bilhões, enfatizando a importância de apresentar bons projetos para receber o apoio do banco.

Por fim, Mercadante destacou ainda que até 2025, a Organização Marítima Internacional (IMO) da ONU concluirá o planejamento para descarbonização das emissões de navios. Ele enfatizou a necessidade de o Brasil reduzir as emissões até 2030, utilizando combustíveis renováveis nos navios, abrindo oportunidades para a produção de navios com combustíveis sustentáveis e renováveis, como amônia verde e hidrogênio verde, como alternativas ao petróleo.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/01/2024

## NACIONAL - MINISTÉRIO DA PESCA E APEXBRASIL ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Colaboração estratégica visa impulsionar o pescado no mercado internacional  
Por **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redenews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redenews.com.br)



**O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, e o ministro de Pesca e Aquicultura, André de Paula, participaram da cerimônia de formalização do Acordo de Cooperação Técnica**

Nesta quarta-feira, 24, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e a ApexBrasil assinam um Acordo de Cooperação Técnica (ACT). A cerimônia contará com a participação do presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, do Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, e outras autoridades. O ACT busca promover a cooperação na promoção comercial e fortalecimento da competitividade do setor de pescados brasileiro em escala internacional.

As medidas delineadas no acordo compreendem a capacitação de empresas, a elaboração de estratégias de mercado, o fomento da atividade comercial e a administração da reputação do setor. O objetivo é impulsionar a expansão da cadeia produtiva do pescado brasileiro.

Dentre as metas estipuladas, destaca-se a necessidade de ampliar a presença nos mercados externos, dado que o índice de participação no atual market share é de apenas 0,23%. Além disso, o ACT busca diversificar as exportações, uma vez que a concentração majoritária está nos Estados Unidos (57%) e China (23%).

A formalização do Acordo de Cooperação entre o MPA e a ApexBrasil constitui uma parceria voltada para o fortalecimento da competitividade das empresas brasileiras. A intenção é consolidar a imagem e a presença das companhias nacionais no exterior, ampliando o alcance das exportações existentes para aumentar o valor dos produtos e serviços, bem como diversificar os mercados compradores.

Durante a cerimônia, será apresentado um panorama detalhado do atual cenário do mercado pesqueiro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 25/01/2024

## NACIONAL - MONTADORAS ANUNCIAM R\$ 10 BILHÕES EM INVESTIMENTOS NO BRASIL

Representantes da BYD e da General Motors se encontraram com o presidente Lula em Brasília  
Por **MARÍLIA SENA** [marilia.sena@redenews.com.br](mailto:marilia.sena@redenews.com.br)



**Lula foi presenteado com um carro elétrico da BYD, disponibilizado para uso da Presidência da República por meio de um acordo de comodato, ou seja, empréstimo gratuito (Crédito: Ricardo Stuckert/PR)**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu na última quarta-feira (24), em Brasília, representantes de duas empresas multinacionais do setor automotivo: a BYD e a General Motors. Ambas revelaram planos de investimento que totalizam R\$ 10 bilhões para os próximos anos.

No primeiro encontro, realizado na residência oficial, o Palácio da Alvorada, Lula encontrou-se com representantes da BYD, uma empresa chinesa especializada na fabricação de veículos elétricos. A companhia assumiu a planta industrial da Ford em Camaçari (BA), e planeja investir R\$ 3 bilhões nos próximos anos. Vale destacar que essa será a primeira fábrica da gigante asiática nas Américas.

Na ocasião, o presidente foi presenteado com um carro elétrico da BYD, disponibilizado para uso da Presidência da República por meio de um acordo de comodato, ou seja, empréstimo gratuito.

Posteriormente, no Palácio do Planalto, Lula reuniu-se com o presidente da General Motors International, Shilpan Amin, e o presidente da empresa para a América do Sul, Santiago Chamorro. Durante esse encontro, os executivos anunciaram um plano de investimentos da GM no Brasil, totalizando R\$ 7 bilhões até o ano de 2028.

Cabe ressaltar que a GM é a detentora da marca Chevrolet, como é conhecida no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/01/2024

## INTERNACIONAL - LISBOA RECEBE NAVIO QUE FEZ 1ª VIAGEM COM ZERO EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Trajetos feitos por embarcação da MSC foram de aproximadamente 1,6 km com uso de gás natural liquefeito

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO [paulo.ribeiro@redenenews.com.br](mailto:paulo.ribeiro@redenenews.com.br)



***A primeira escala do navio MSC Euribia em Lisboa faz parte de uma viagem de nove dias que teve início em Las Palmas, na Espanha, e termina em Hamburgo, na Alemanha (Crédito: Divulgação/MSC)***

O Porto de Lisboa, em Portugal, recebeu nesta terça-feira (23) o MSC Euribia, o primeiro navio a realizar uma viagem com zero emissão de gases de efeito estufa. A embarcação fez um pequeno trajeto de quatro dias entre Saint-Nazaire, na França, e Copenhague, na Dinamarca.

A viagem, de mais de mil milhas (aproximadamente 1,6 quilômetros), alcançou as zero emissões de gases com efeito estufa através do uso do combustível gás natural liquefeito (GNL) e da aplicação da abordagem de balanço de massa.

A primeira escala em Lisboa faz parte de uma viagem de nove dias que teve início em Las Palmas, na Espanha, e termina em Hamburgo, na Alemanha. A Administração do Porto de Lisboa (APL) presenteou o comandante da embarcação com uma placa comemorativa da ocasião, para marcar a passagem pela capital portuguesa. O navio foi escoltado por rebocadores da empresa Portugs.

O presidente da APL, Carlos Correia, destacou a chegada da embarcação como um “orgulho” para o Porto de Lisboa. “Este navio é a prova que os stakeholders da indústria de cruzeiros estão alinhados quanto ao objetivo comum, a redução das emissões dos navios e adoção de tecnologia verde para atingir a meta de carbono zero até 2050”, afirmou.

Correia ainda falou sobre o crescimento em investimentos para desenvolver tecnologias sustentáveis entre as companhias de cruzeiros, e destacou o papel do porto em atuações alinhadas com esses princípios.

“As companhias de cruzeiro no geral, e a MSC Cruises em particular, têm vindo a investir e a experimentar tecnologias ambientais inovadoras, e a desenvolver combustíveis alternativos e mais limpos, com vista a conceber navios energeticamente mais eficientes. [Por sua vez], o Porto de Lisboa

continua a trabalhar no processo de eletrificação do Terminal de Cruzeiros de Lisboa para mitigar tanto quanto possível os impactos ambientais desta atividade”, acrescentou.

Este é o segundo navio de cruzeiros da MSC Cruises movido a GNL. O combustível praticamente elimina os óxidos de enxofre e partículas, além de reduzir os óxidos de nitrogênio em 85% e as emissões de gases de efeito estufa em até 20%.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/01/2024

## REGIÃO NORDESTE - STF DERRUBA DECISÃO QUE OBRIGAVA AUTORIDADE PORTUÁRIA A PAGAR IPTU EM SALVADOR

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, reformou decisão do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) que obrigava a Companhia das Docas da Bahia (Codeba) a pagar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao município de Salvador.

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



***No recurso ao STF, a estatal argumentou que o Tema 385 não é aplicável ao caso, pois ela não é empresa privada arrendatária de bem público, mas autoridade portuária responsável pela gestão do Porto Organizado de Salvador. Divulgação***

O TJ-BA aplicou ao caso a tese de que a imunidade recíproca (que impede os entes federados de criar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros), prevista na Constituição Federal (artigo 150, inciso VI, alínea “b”), não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público quando exploradora de atividade econômica com fins lucrativos (Tema 385 da repercussão geral).

No recurso ao STF, a estatal argumentou que o Tema 385 não é aplicável ao caso, pois ela não é empresa privada arrendatária de bem público, mas autoridade portuária responsável pela gestão do Porto Organizado de Salvador. Ela alegou ainda que é apenas detentora e administradora de imóvel da União e, por isso, não poderia ser responsabilizada pelo pagamento do tributo.

O ministro concordou com o argumento da Codeba e explicou que, mesmo após a fixação da tese, o STF tem jurisprudência no sentido de que empresa estatal pertencente à administração pública indireta e que preste serviços públicos de administração portuária não se sujeita à incidência de IPTU em imóvel da União cedido a ela a título precário.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/01/2024

## AEROPORTOS - ANAC REFORÇA MEDIDAS CONTRA ATOS QUE PODEM COLOCAR VOOS EM RISCO

Novas regras entram em vigor a partir de março de 2024

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** [paulo.ribeiro@redebenews.com.br](mailto:paulo.ribeiro@redebenews.com.br)



As mudanças têm como objetivo fortalecer as medidas de segurança contra atos de interferência ilícita, como apoderamento ilegal de aeronaves; manter reféns a bordo, entre outras ações que colocam em risco o transporte aéreo/Divulgação ANAC

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) publicou no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 25, as alterações aprovadas nas normas que regem a aviação civil brasileira.

A decisão, ocorrida em 23 de janeiro e tomada pela diretoria colegiada, tem como objetivo fortalecer as medidas de segurança contra atos de interferência ilícita, como apoderamento ilegal de aeronaves; manter reféns a bordo; invadir aeronaves, aeroportos ou instalações aeronáuticas; introdução de itens perigosos com intenções criminosas, comunicação de informações falsas e ataques usando Sistemas Antiaéreos Portáteis – ações que podem colocar em risco a segurança da aviação civil e do transporte aéreo.

As mudanças visam alinhar-se às normas internacionais estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), órgão especializado das Nações Unidas, e passam a valer a partir de 1º de março de 2024. Elas também têm o objetivo de auxiliar na preparação do Brasil para a auditoria da OACI, agendada para o segundo semestre.

Dentre as principais alterações no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC), destacam-se mudanças nos seguintes procedimentos:

Avaliação de Antecedentes Prévio à Concessão de Acesso à Informação Restrita de AVSEC (IRA) – Reforço para garantir maior segurança no acesso a informações sensíveis;

Classificação de Volume de Carga ou Mala Postal – Aprimoramento para melhorar a eficiência no transporte aéreo;

Inspeção de Segurança para Acesso de Funcionários – Aperfeiçoamento nos procedimentos para fortalecer a segurança interna;

Cooperação Internacional e Avaliação de Risco – Alinhando as práticas brasileiras com as normas e diretrizes estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/01/2024



**O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP**

**SEPÚLVEDA, DA SANTOS BRASIL: MUDANÇAS CLIMÁTICAS JÁ AFETAM O SETOR LOGÍSTICO-PORTUÁRIO NO BRASIL**

Informações: Líder.Inc (25 de janeiro de 2024)



*Presidente da Santos Brasil, uma das maiores empresas de logística portuária do Brasil, defendeu que o setor se prepare para os impactos da instabilidade climática durante o seminário sobre infraestrutura, realizado pelo LIDE.*

As mudanças climáticas já afetam o setor logístico-portuário no Brasil e precisamos nos preparar. O alerta foi feito pelo presidente da Santos Brasil, Antônio Carlos Sepúlveda, no Seminário LIDE | Infraestrutura, nesta terça-feira (23), na CASA LIDE, em São Paulo. O evento reuniu autoridades e empresários para debater o segmento.

“O maior exemplo disso foi a seca que afetou o escoamento da carga da Zona Franca de Manaus, no ano passado, durante a black friday. Esse problema já é uma realidade e temos de trabalhar para nos antever: trata-se de um desafio para os operadores logísticos, que agora têm de se programar para ajudar locais afetados”, afirmou.

O empresário também defendeu a modernização da legislação portuária para a mão de obra. “Temos um modelo legal mais atrasado do mundo. Os terminais de porto público no Brasil, obrigatoriamente, tem de contratar mão de obra do órgão gestor, e esse órgão não tem mão de obra. Contratar mulher não é possibilidade, pois só há homem”.

Sepúlveda disse ainda que a governança portuária é um tema que precisa ser debatido em grande escala. “É necessário que a administração das Autoridades Portuárias seja revista, mas em definitivo. Temos de ter a garantia de segurança jurídica e estabilidade, pois logística e infraestrutura requer eficiência, e gestão eficiente”.

### **Concessões e privatizações**

Felício Ramuth, vice-governador de São Paulo, destacou a importância de oferecer boa infraestrutura logística e de turismo para os empreendedores do estado.

“Estamos lançando projetos de concessões e privatizações nessa área para que possamos gerar emprego e renda. A agenda de concessões já começa em 29 de fevereiro, com o lançamento do trem intercity, ligando São Paulo a Campinas, e representando a volta do trem de passageiros para o estado. Em abril, é a vez da concessão no Litoral Sul, a rodovia Mogi-Bertioga. Temos grandes investimentos e mais de 220km de rodovias que envolvem todo o acesso ao litoral”, explicou.

Ramuth destacou, ainda, a importância de projetos de modernização para o deslocamento entre as cidades. “O governador Tarcísio autorizou o início dos estudos para o projeto de uma terceira pista para reduzir os gargalos em relação ao Porto de Santos. Estamos fazendo uma mudança gradual no sistema”.

Rogério Santos, prefeito de Santos, também apontou os desafios portuários gerados pelos gargalos logísticos.

“Precisamos muito do túnel do maciço central. O Porto de Santos é um grande corredor do agronegócio e investir no porto indústria é uma das principais soluções para a geração de empregos na Baixada Santista”.

Além do prefeito de Santos, Válter Suman, prefeito de Guarujá, e Ademário Oliveira, prefeito de Cubatão, também destacaram o papel das cidades para o desenvolvimento e a logística do Porto de Santos e defenderam a importância de novos investimentos para a região.

### **Retomada do setor aéreo**

Os desafios enfrentados pelo setor aéreo, especialmente o que se refere ao preço das passagens repassado aos clientes, assim como a redução de custos das operações, fez parte do debate do segundo painel do evento.

Jurema Monteiro, presidente da ABEAR (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) falou sobre o crescimento de 15% do setor.

“Estamos retomando os números de 2019, o cenário antes da pandemia. Agora, a meta deveria ser a de reduzir custos e ampliar créditos das empresas para operações mais estáveis. Depois disso, deveríamos trabalhar uma agenda estruturante com metas de longo prazo, como a redução de custos. O principal desafio que enfrentamos nesse processo é o excesso de judicialização. O transporte aéreo precisa ser visto como um modelo acessível e viável”, pontuou.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Dix Aeroportos, Fábio Fischer enfatizou o papel dos aeroportos como caminho para o desenvolvimento regional.

“Os aeroportos representam um fator de desenvolvimento econômico e geração de empregos. Para isso, precisamos de tecnologia e inovação para contribuir com a sociedade”.

O Seminário LIDE | Infraestrutura teve patrocínio de CCR, CSN, DIX Aeroportos, Ecorodovias, Gol, Hidrovias do Brasil, Latam Airlines, Movecta, Rede Voa, Santos Brasil e Stolthaven Terminals. Apoio institucional de Prefeitura de Guarujá e Prefeitura de Santos. Os fornecedores oficiais são: 3 Corações, Eccaplan, Natural One e Prata. Os operadores de tecnologia da CASA LIDE são: NetGlobe, RCE Digital, TCL Semp e The Led.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 25/01/2024**

## SANTOS ALERTA CONTRIBUINTES PARA OBRIGATORIEDADE DE CADASTRO NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO ISS

**Informações: Prefeitura de Santos (25 de janeiro de 2024)**



Finanças e Gestão (Sefin).

Quem não fizer o cadastro estará impedido de acessar o sistema a partir de 1º de fevereiro

Os contribuintes do ISS, tomadores de serviços, responsáveis tributários e representantes legais que realizam todas as operações relativas ao ISS (tributo municipal) terão que se cadastrar, obrigatoriamente, no portal Giss. O alerta é da Secretaria de

A partir de 1º de fevereiro, caso os responsáveis pelo pagamento do ISS deixem de providenciar o cadastro na nova versão do Sistema Giss Online, que está disponível desde outubro de 2023, não poderão executar nenhuma ação no sistema de escrituração dos serviços prestados e tomados, emissão de notas fiscais e geração de guias para o recolhimento de ISS da Prefeitura.

Os microempreendedores individuais enquadrados no sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei), que já emitem notas no Portal da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (do Governo Federal), não precisam fazer o cadastro no Sistema Giss Online. Pessoas físicas isentas ou que recolham o ISS por valor fixo também estão dispensadas deste cadastro.

A obrigatoriedade no cadastro atende às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

### DÚVIDAS

Em caso de dúvidas, o interessado poderá entrar em contato com o atendimento por meio do chat disponível no Santos Giss ou pelo suporte, no telefone (11) 2175-1145.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 25/01/2024**





### **SENADO AVALIA CRIAÇÃO DE PROGRAMA NACIONAL DE ARMAZENAGEM DE GRÃOS**

*Informações: Revista Cultivar (25 de janeiro de 2024)*

O PL 6.042/2023 estabelece que os armazéns e silos construídos no âmbito do Proana deverão ser instalados nas proximidades de vias de transporte

Destinado a aumentar a capacidade de armazenamento de grãos, o Programa de Armazenagem Nacional (Proana) será criado caso seja aprovado um projeto de lei com esse objetivo que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o PL 6.042/2023 estabelece que os armazéns e silos construídos no âmbito do Proana deverão ser instalados nas proximidades de vias de transporte. O programa poderá ser financiado por depósitos compulsórios de instituições financeiras, fundos de investimento específicos, emissão de debêntures e Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRAs) e Imobiliários (CRIs). Do valor gasto na construção dos silos e armazéns, 95% devem ser destinados à aquisição de produtos de fabricação nacional, de forma a fomentar as indústrias de construção civil e de metalurgia brasileiras.

Ao justificar a proposta, Paim citou dados de pesquisa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que revelam os ganhos econômicos da armazenagem e mostram o interesse dos produtores rurais brasileiros em investir no setor, desde que sob condições favoráveis. Para o senador, cabe ao poder público enfrentar o déficit de armazenagem.

“Quando não dispõem de armazenagem própria, os produtores brasileiros têm de percorrer em média 35,1 quilômetros até encontrar armazém terceirizado. O estado do Piauí foi o que apresentou a maior média de distância percorrida (110 km), ao passo que o Rio Grande do Sul, a menor (16,1 km)”, ressaltou.

O parlamentar acrescenta, no texto do projeto, que a construção de armazéns e silos com 95% de material nacional poderá estimular a indústria brasileira e gerar empregos.

Apresentado em 14 de dezembro de 2023, o projeto aguarda recebimento de emendas na CAE. Depois de passar pelo colegiado, seguirá para decisão terminativa na Comissão de Agricultura (CRA). Se for aprovado na CRA e não houver recurso para votação em Plenário, o texto poderá seguir diretamente para a apreciação da Câmara dos Deputados.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 25/01/2024*

### **PORTO DE SUAPE ATINGE CRESCIMENTO DE 38% NA MOVIMENTAÇÃO DE AÇÚCAR**

*Informações: Guia Marítimo (25 de janeiro de 2024)*

O atracadouro pernambucano movimentou 211.349, 15 toneladas ao longo de 2023. Trata-se de um dos principais produtos de exportação de Pernambuco

O Porto de Suape inicia o ano de 2024 com movimentações expressivas, destacando-se o embarque de açúcar ensacado e o notável crescimento do Hub de Veículos. Com apenas três semanas transcorridas, as operações já sinalizam um período promissor para o principal porto do estado.

Ao longo de 2023, o Porto de Suape evidenciou seu papel central na exportação de açúcar ensacado, movimentando um total de 211.349,15 toneladas. Esse número representa um significativo aumento de 38% em relação ao ano anterior, quando foram transportadas 153.219,47 toneladas. A tendência de crescimento continua em 2024, com operações de grande porte já registradas.

No Cais 1, nesta segunda-feira (22), o navio Neptune J, de bandeira de Palau, atualmente está sendo abastecido com 23,2 mil toneladas de açúcar ensacado desde o último dia 13. Originário de



Trípoli, no Líbano, a embarcação retornará ao local de origem na próxima quarta-feira (24). Destaca-se que o açúcar é proveniente de engenhos localizados na Zona da Mata Sul de Pernambuco, tornando o escoamento eficiente para várias partes do país e do mundo.

O diretor de Desenvolvimento e Gestão Portuária, Nilson Monteiro, enfatiza a proximidade do Porto de Suape com as principais usinas produtoras de açúcar da Mata Sul de Pernambuco, o que otimiza o escoamento da produção e contribui para a competitividade da indústria açucareira do estado.

Além do sucesso no setor açucareiro, o Hub de Veículos do Complexo de Suape, considerado o maior do Norte/Nordeste, registrou um crescimento notável. Em 2023, a movimentação de automóveis aumentou em impressionantes 42% em comparação ao ano anterior. O total de 80.604 unidades, entre operações de exportação, importação e transbordo, consolida o hub como o mais movimentado da região.

A Autoridade Portuária de Suape, ao longo do ano passado, registrou 1.509 atracações de navios, mantendo a liderança nacional na movimentação de graneis líquidos e no transporte de cabotagem. Além disso, o porto ocupou o primeiro lugar no transporte de contêineres até novembro. O balanço oficial dessas realizações será divulgado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na segunda quinzena de janeiro de 2024.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**  
**Data: 25/01/2024**

## **BRASIL ASSUME FORÇA-TAREFA MUNDIAL DE COMBATE À PIRATARIA MARÍTIMA**

**Informações: Agência Marinha de Notícias (25 de janeiro de 2024)**

*Almirante brasileiro coordenará ações navais em região marcada por recentes ataques de rebeldes houthis*

A Marinha do Brasil assumiu, nesta terça-feira (23), o comando da Combined Task Force (CTF) 151, com a missão de coordenar forças navais multinacionais, em operações de combate à pirataria, em uma das principais rotas marítimas mundiais, que inclui o Golfo de Áden, a Bacia da Somália e o Mar da Arábia.

Com um mandato que pode variar de três a seis meses, o Contra-Almirante brasileiro Antonio Braz de Souza tem à frente o desafio de liderar os esforços, a fim de garantir a segurança em uma região que, além dos casos de pirataria, tem registrado recentes ataques a navios mercantes, perpetrados por rebeldes houthis do Iêmen.

“Ao aceitar o convite para liderar esta força mais uma vez, a Marinha do Brasil, primeiro país sul-americano a desempenhar papel de destaque nesta coalizão marítima multinacional, reafirma sua dedicação à comunidade marítima e, particularmente, às Combined Maritime Forces. Esse compromisso visa intensificar a segurança e estabilidade global, contribuindo para o bem-estar coletivo”, afirmou o Contra-Almirante Antonio Braz de Souza, durante a cerimônia de assunção de Comando da CTF 151, no Bahrein.

Esta é a terceira vez que o País comanda a CTF 151, que também atua no enfrentamento ao tráfico de pessoas e à pesca ilegal. Ela representa um dos cinco braços operacionais da força-tarefa internacional Combined Maritime Forces (CMF), cuja atuação se estende ao combate a ações criminosas e terroristas em uma área de aproximadamente 3,2 milhões de milhas quadradas de águas internacionais, algo em torno de 8 milhões de km<sup>2</sup>, com destaque para o Mar da Arábia, o Golfo de Omã, o Golfo de Áden e o Mar Vermelho.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**  
**Data: 25/01/2024**



## JORNAL O GLOBO – RJ

### LULA QUER MANTEGA NA VALE. ENTENDA POR QUE O GOVERNO AINDA TEM INFLUÊNCIA NA MINERADORA, MAS ELA É MENOR HOJE

Mineradora foi privatizada em 1997, mas manteve canais de influência do governo sobre sua gestão. No entanto, a margem de manobra para o planalto foi reduzida com reestruturação societária em 2020

*Por Vinicius Neder — Rio*



**Lula e o ex-ministro Guido Mantega — Foto: Antonio Cruz/Ag. Brasil**

Desde o início do atual mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano passado, conversas de bastidores apontam que o presidente gostaria de emplacar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega na presidência da Vale. Nas duas últimas semanas, o Planalto voltou à carga com a ideia, mas a influência do governo na mineradora diminuiu em relação ao que era nos governos anteriores do PT.

Hoje, o presidente usou as redes sociais para criticar a empresa, cujo Conselho de Administração tem que decidir até o fim deste mês se reconduz o atual presidente da empresa, Bartolomeo, ou abre um processo para contratar um novo executivo como CEO. Lula gostaria que o substituto fosse Mantega, mas o nome dele não é bem-visto entre os sócios privados da empresa e investidores no mercado.

A principal mudança na correlação de forças na Vale se deu no fim de 2020. A empresa, uma das maiores mineradoras do mundo, passou por uma reestruturação societária e se tornou uma corporação (corporation, como preferem os analistas de mercado), ou seja, uma companhia aberta de capital pulverizado, sem um controlador definido. Nenhum dos sócios tem poder suficiente para, sozinho, dar as cartas na mineradora, privatizada em 1997.



**Caminhões "fora-de-estrada" se movimentam em mina de ferro da Vale no Pará: governo quer influenciar em troca de comando — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg**

Essa reestruturação encerrou o acordo de acionistas que deu as cartas na companhia por pouco mais de 20 anos, após sua privatização. Esse acordo acomodava os interesses dos sócios privados, o banco Bradesco e o conglomerado japonês Mitsui, com os do governo – que manteve participações relevantes via BNDES e

fundos de pensão de estatais, com destaque para a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil (BB), e mantém, até hoje, ações especiais com direito de veto em decisões sensíveis, como a venda de minas.

Representado principalmente pelo BNDES e pela Previ no acordo de acionistas, o governo conseguia influir mais diretamente na gestão de Vale, até mesmo na escolha do presidente da empresa, como ocorreu em 2011, quando Roger Agnelli deixou o cargo por pressão do governo



Dilma. Foi substituído por Murilo Ferreira, cujo nome voltou a correr nos bastidores como uma alternativa a Mantega palatável para o governo.

Após o fim do acordo de acionistas e a operação de troca de ações que pulverizou o capital, muita coisa mudou na correlação de forças na Vale. Nos últimos anos, o BNDES zerou sua participação, e a Previ reduziu sua fatia. O poder direto do governo sobre a Vale diminuiu.

A Previ segue como maior acionista da companhia, mas com uma participação direta de 8,7%. A quantidade de votos está longe de ser suficiente para eleger grande número de membros no Conselho de Administração ou de aprovar nomes de presidentes executivos numa assembleia de acionistas.

### **Regras rígidas para definir CEO**

Para dificultar ainda mais o caminho de Mantega, como uma corporação, a Vale adotou uma série de regras de governança corporativa para a indicação do presidente. Nenhum dos observadores da gestão da mineradora crê que o ex-ministro teria currículo suficiente para passar por esse crivo.

Isso não quer dizer que a influência indireta do governo seja pequena. Em qualquer país, a última coisa que uma mineradora precisa é de problemas com governos. Minas são concessões da União e sua exploração depende de licenças estaduais.

Ferrovias também são concessões, e elas são a forma mais eficaz de chegar aos portos, por onde boa parte da produção mineral é exportada. Por isso, a habilidade para se relacionar com governos é um atributo destacado no perfil dos presidentes da Vale.

### **Reparação por rompimento de barragens pesa**

Um importante foco de pressão são os acordos bilionários de reparação pelas tragédias de Mariana – rompimento de uma barragem da Samarco, da qual a Vale era acionista – e Brumadinho – desmoronamento de uma barragem da própria companhia, que completou cinco anos nesta quinta-feira. Esses acordos são firmados com o Ministério Público, o Judiciário e os governos.

Em meio às pressões sobre a sucessão da empresa, Lula publicou hoje críticas à Vale nas redes sociais: “5 anos e a Vale nada fez para reparar a destruição causada”, diz uma postagem feita no X (antigo Twitter) nesta quinta-feira.

Outro foco de pressão são as concessões ferroviárias. No governo Bolsonaro, a Rumo – controlada pela Cosan, agora acionista da Vale – e a Vale firmaram com a União a renovação antecipada de concessões, com investimentos em obras e pagamentos à União como contrapartidas.

O novo governo do PT começou a renegociar essas renovações – com a Rumo, a revisão da Malha Paulista renderá um adicional de R\$ 1,2 bilhão ao governo, segundo o Ministério dos Transportes.

Na Estrada de Ferro de Carajás, do Pará ao litoral do Maranhão, e na Estrada de Ferro Vitória a Minas, da Vale, a revisão “ainda está em processo de negociação”, informou a pasta ao GLOBO no fim de 2023, ressaltando que há indicação do Tribunal de Contas da União (TCU) para as renegociações.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 25/01/2024*

## **LULA BATEU NA VALE MAS, SABE-SE LÁ PORQUÊ, SE ESQUECEU DA BRASKEM**

*Por Lauro Jardim*

Em sua campanha por Guido Mantega para comandar a Vale, Lula foi hoje ao X/Twitter para descascar a empresa, com o objetivo de desacreditá-la. Aproveitou os cinco anos da tragédia em Brumadinho para fazer política (“Hoje faz 5 anos do crime que deixou Brumadinho debaixo de lama,

tirando vidas e destruindo o meio ambiente. 5 anos e a Vale nada fez para reparar a destruição causada"). Beleza.



**Mina 18 da Braskem, no bairro Mutange, teve afundamento — Foto: Ailton Cruz**

Mas e a Braskem, petroquímica em que a Petrobras é dona de 49%?

Os 40 mil atingidos pelo afundamento do solo que atingiu (e ainda atinge) cinco bairros de Maceió, resultado do colapso das minas de exploração de salgema, aguardam um tuíte de Lula reclamando da Braskem.

(Atualização, às 17h59. A assessoria da Braskem enviou a seguinte nota: "Desde 2019, a Braskem desenvolve ações em Maceió com foco na segurança das pessoas e na implementação de medidas amplas para mitigar, compensar e reparar impactos decorrentes da desocupação de imóveis nos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Pinheiro, Mutange e Farol. Todas as ações são fruto de acordos com o poder público, baseados em estudos técnicos e homologados pela Justiça, e fiscalizadas pelos órgãos competentes.

Nesse período, a companhia provisionou R\$ 14,4 bilhões para ações em Maceió, dos quais R\$ 9,2 bilhões já foram desembolsados, incluindo indenizações às famílias, comerciantes e empresários das áreas desocupadas. Ao longo dos últimos 4 anos, cerca de 40 mil moradores das áreas de desocupação e monitoramento definidas pela Defesa Civil em 2020 foram realocados de forma preventiva e estão sendo indenizados. Até dezembro, cerca de 18 mil indenizações foram pagas, ou 94% do total esperado."

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 25/01/2024**

## GOVERNO PREPARA PORTARIA PARA SIMPLIFICAR CARREIRAS DE SERVIDORES FEDERAIS

Objetivo é reunir cargos do funcionalismo em 20 blocos. Hoje, são cerca de 150 carreiras, com regras distintas e atribuições próprias

**Por Renan Monteiro — Brasília**



**Esplanada dos Ministérios. A portaria do Ministério da Gestão e da Inovação sairá neste mês e valerá para todos os órgãos da administração pública direta — Foto: Agência Brasil**

Na esteira da discussão de uma Reforma Administrativa, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) vai publicar, ainda neste mês, uma portaria prevendo diretrizes para uma ampla reorganização das carreiras do funcionalismo federal. Hoje, existem 150 carreiras diferentes. Cada quadro funcional do Executivo tem regras

específicas de organização e progressão de carreira, por exemplo.

O governo quer criar algo em torno de 20 blocos de carreiras. Cada um deles abarcaria diferentes cargos, mas que têm o mesmo nível salarial e tempo de progressão. Por exemplo: Funai, Ibama e ICMBio têm diferentes carreiras, mas que podem ficar no mesmo bloco, com os salários tendo o mesmo aumento ao longo do tempo.

Na atual conjuntura, dois engenheiros exercendo a mesma função, em diferentes órgãos, podem ter níveis salariais distintos, um inclusive recebendo mais do que o outro. Essa diferença de regras faz com que haja pouca rotatividade entre os órgãos.



A portaria valerá para todos os órgãos da administração pública direta, aqueles que dependem do Orçamento da União. Uma nova sistematização de cargos precisa passar pelo Legislativo. Para isso, o governo quer centralizar uma proposta junto com os órgãos e entidades.

— Na medida em que houver, e se houver, adesão das entidades, das carreiras e dos órgãos, a gente pode ir evoluindo para uma normatização mais efetiva, por projeto de lei — explicou o secretário de Gestão de Pessoas do MGI, José Celso Cardoso.

Esse movimento está no escopo do que o Ministério da Gestão, comandado por Esther Dweck, entende por Reforma Administrativa.

Carlos Ari Sundfeld, professor titular da FGV Direito SP, vê a pulverização das carreiras como um problema de eficiência. Na prática, o servidor fica limitado a um mesmo ambiente profissional, avalia:

— Esse problema é solucionado juntando as carreiras. Diminuindo (a pulverização) para que elas sejam carreiras para a administração geral. Os servidores podendo circular. Algumas carreiras já são assim, é preciso aumentar — avalia. — Se você tem carreiras muito compartimentadas, você não consegue “descolar” a mão de obra. Começa a faltar gente em um lugar e sobrar em outro. Isso diminui a eficiência (do serviço público).

### Igualdade de tratamento

O governo trabalha com dois pilares na organização das carreiras. O primeiro é a transparência e a igualdade no tratamento, já que carreiras inseridas em um único bloco ficarão sob o mesmo arcabouço regulatório. O segundo é a ampliação de competências, pois os servidores terão atribuições interdisciplinares e não ficarão presos a um rol de tarefas específicas até a aposentadoria.

Em paralelo, está sendo discutida internamente a possibilidade de reduzir o salário inicial de novos servidores concursados (para os anos futuros), de forma a aproximar as remunerações de entrada com as do setor privado.

— Em algumas carreiras, você não precisa ter estabilidade, porque não são fusão de Estado. Um auditor-fiscal, carreiras reguladoras ou de fiscalização são funções de Estado, mas uma atividade de área-meio (cargos administrativos, por exemplo) não necessariamente seria uma função de Estado. Ela poderia ser terceirizada, entrar via CLT — defende Cristiane Schmidt, consultora do Banco Mundial e ex-secretária de Economia de Goiás.

A portaria preparada pelo ministério se encaixa na estratégia do governo de tocar uma Reforma Administrativa fatiada e por projetos de lei e outros instrumentos, e evitar o avanço da proposta de emenda à Constituição (PEC) defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ele quer avançar com a PEC enviada pelo governo Jair Bolsonaro em 2022. A gestão Lula é contra esse texto.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 25/01/2024*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### CAPITALISMO DE ESTADO É FILME 'VISTO, QUE NÃO DEU CERTO E ESTÁ SE REPETINDO', DIZ ECONOMISTA DO ITAÚ

Mário Mesquita, economista-chefe do Itaú, afirma que mudança na meta fiscal é inevitável, mas o limite é um déficit de 1%

Por Aline Bronzati



## **Entrevista com Mário Mesquita - Economista-chefe do Itaú Unibanco**

DAVOS, SUÍÇA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve continuar lutando pela meta de déficit primário zero. Mas a mudança é inevitável. O impacto vai depender do quão agressiva será a nova meta. Acima de 1%, acende a luz amarela no mercado, alerta o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita. Acima disso, o estrago só cresce, e o risco fiscal no Brasil ficará “mais vívido”, diz.

“O governo vai ter que escolher entre alterar a meta, fazer contingenciamento, ou uma combinação dos dois. É importante seguir lutando”, afirma Mesquita, em entrevista ao Estadão/Broadcast, durante a reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Para ele, a mudança da meta vem em março. Mas, quanto mais tempo demorar, melhor, afirma.

Do lado do crescimento, o Brasil está em busca de uma narrativa para uma trajetória de expansão sustentável, sendo a volta de uma visão estatista um filme que já foi visto no País e que não deu certo, segundo ele. A transição verde é um bom caminho, porém, ainda não está clara para o mundo.

### ***Abaixo, os principais trechos da entrevista:***

#### **O que mais preocupa o investidor estrangeiro no Brasil?**

É a mesma preocupação do investidor local: é o fiscal, nosso calcanhar de Aquiles. O ministro (da Fazenda, Fernando Haddad) está tentando medidas, mas é sempre um grande desafio fazer ajuste pelo lado da receita em um País que tem dificuldade de controlar o gasto. A história sugere que não dá para fazer ajuste fiscal só por um lado. É preciso combinar as coisas. Agora, os investidores estão preocupados com o contexto global.



**Mário Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco Foto: Daniel Teixeira/Estadão**

#### **Quais são as principais dúvidas?**

Se a economia mundial fará um pouso suave ou se haverá recessão, se o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) vai conseguir cortar tanto a taxa de juros quanto o mercado espera, o Banco Central Europeu também. Há bastante preocupação com a questão geopolítica, as guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, que agora começa a se espalhar para o Mar Vermelho.

#### **Com um mundo fragmentado, Davos trouxe alguma luz no fim do túnel?**

Médio. Não foi tão nitidamente positivo. Na geopolítica, a preocupação é sobre uma bifurcação e não desglobalização. Basicamente, é a divisão do mundo em dois campos: um ocidental e outro centrado



na China. Ouvi falar nisso do ponto de vista de comércio, das cadeias produtivas e até do mercado de capitais. No lado ambiental, há um consenso da necessidade de mais recursos para promover a transição energética. Sobre a inteligência artificial, a leitura é a de que vai gerar ganhos de produtividade, e isso vai contribuir para mais crescimento, mas há dúvidas sobre o impacto no emprego, em especial no curto prazo. E também uma preocupação com o uso de forma maligna com múltiplas eleições em 2024.

### **Como esse cenário pode impactar o Brasil em 2024? Tem as eleições nos EUA...**

De um tempo para cá, a relação entre o Brasil e os Estados Unidos ficou mais partidarizada, tendo em vista a polarização. É consenso que na reunião de São Francisco, os presidentes (Joe) Biden e Xi Jinping apertaram o botão de pausa na deterioração da relação política. Mas há a preocupação de que isso piore ao longo da eleição americana, porque, se um dos candidatos começar a ser mais agressivo com a China, o outro candidato vai se sentir pressionado na mesma direção.

### **E a queda de juros nos EUA?**

Virá, mas não necessariamente na intensidade que o mercado está precificando. Para este ano, o corte total previsto é de 150 pontos-base (1,5 ponto percentual), a gente acha que vem menos, algo como 100 pontos-base (1 ponto percentual). A mensagem em Davos, especialmente do Banco Central Europeu, foi de cautela. Seria mais difícil consertar o erro de cortar demais agora do que de menos dado que o mundo vem de um surto inflacionário. É até politicamente mais difícil, porque teria de cortar e depois voltar a subir a taxa de juros, o que seria mais custoso para os bancos centrais.

### **E a questão fiscal no mundo desenvolvido?**

Há um consenso de que é muito difícil ter ajuste fiscal nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos. Independente do resultado da eleição, devemos ter deterioração fiscal e não ajuste. Com os democratas, algum aumento de imposto e de gasto. Com os republicanos, é redução de imposto. Parte dos cortes de impostos do (ex-presidente Donald) Trump termina na metade do próximo mandato. Mas parece pouco plausível, se o Trump ganhar, que termine um corte de imposto que ele mesmo implementou. O risco fiscal americano não parece que vai diminuir tão cedo.

### **Isso é um problema para os EUA? Como impacta os países emergentes?**

Isso tem de elevar mais a inflação nos Estados Unidos em algum momento. E é um problema para os emergentes mais frágeis, que não têm acesso ao mercado de capitais. Por exemplo, no ano passado, não houve emissão soberana de países da África. Outros países, até na América Latina, estão excluídos do mercado de capitais. De qualquer forma, ninguém espera que a taxa de juros volte ao patamar pré-pandemia.

### **Qual é a sua expectativa?**

Os juros nos EUA devem cair para 3%, 2,5% no médio prazo, mas não para zero, tirando alguma possível crise. O próprio fiscal não permite. Tem várias razões para o novo normal de taxa de juros ser mais alto. Há muito mais dívida pública no mundo e uma pressão para o aumento de gastos em defesa, dado os conflitos. Também tem a pressão para elevar o investimento na transição energética. De fato, não há muita razão para achar que os juros vão cair muito. O processo inflacionário está melhorando, mas a inflação nos Estados Unidos ainda não voltou para a meta, o que não permite muito otimismo.

### **As expectativas apontam para o corte de juros, ainda que não tão intenso como o mercado precifica. Como isso beneficia o Brasil?**

Flexibilização monetária em um ambiente que não é de crise tende a favorecer os ativos de risco, as economias emergentes. Então, a princípio, é benigno para o Banco Central brasileiro. É uma mega mudança? Eu não acho. Não estamos falando de um corte tão intenso e rápido. O banco prevê uma Selic de 9% no fim do ano. Então, para a gente contemplar algo abaixo disso, teríamos de ter o Fed mais agressivo no corte de juros. Isso permitiria o real mais apreciado, inflação e projeções melhores, e espaço para cortar mais os juros no Brasil. Por ora, o cenário não nos leva a ser mais otimista em relação à Selic no Brasil.

### **No fiscal, o banco espera uma mudança da meta no curto prazo?**



Em março. O governo vai ter que escolher entre alterar a meta, fazer contingenciamento, ou uma combinação dos dois. É importante seguir lutando. O ministro está trabalhando para conseguir aumento de receita no Congresso. Se ele já tivesse alterado a meta no fim do ano passado, teria menos chances de obtê-lo. Quanto mais tempo ele (Haddad) conseguir evitar a mudança da meta, maior a chance de terminar com um déficit que não é zero, mas é mais próximo disso. A gente espera um pequeno déficit primário, de 0,8%, assumindo que a meta só muda em março.

### **E, se mudar a meta, o banco deve revisar a projeção para fiscal?**

Se já tivesse mudado, a gente já teria revisado a projeção para cima. Depende do que o governo anunciar.

### **Qual o limite fiscal que o mercado aceita?**

Se passar de 1%, vai gerar preocupação, de 1,5% mais ainda, 2%, então, nem se fala, dado que no ano passado já foi acima disso, 2,3%. Quando a expectativa do fiscal de 2023 era melhor, a visão dominante era que o importante em 2024 fosse que o déficit fosse menor. Mas o déficit surpreendeu tanto para cima que, se sair de 2,3% para 2%, já não é grande coisa. Tem de ter uma queda grande. De 2,3% para 1% é razoável. Óbvio que o ideal seria superávit primário para estabilizar a dívida, mas, enfim, não é realista esperar isso dada a tendência de aumento de gasto. Então, eu vejo assim, acima de 1%, sinal amarelo, acima de 1,5%, o sinal vai ficando mais vívido.

### **Qual o impacto da manutenção da desoneração da folha de pagamentos?**

Prevemos um impacto de menos de R\$ 10 bilhões. A manutenção da desoneração torna bem mais difícil esticar a manutenção da meta fiscal. Pode ser que exija uma mudança antes.



*Haddad tenta manter a meta de zerar o déficit fiscal Foto: WILTON JUNIOR/ESTADÃO*

### **O banco fala em zero contingenciamento de gastos em 2024...**

Se o ministro conseguir contingenciar uns R\$ 20 bilhões, R\$ 25 bilhões, seria um fator positivo e ajudaria a reduzir a nossa projeção. Eu acho que ele vai brigar, mas tem uma ala dentro do governo que é muito resistente a isso, mencionando a eleição municipal.

### **E o crescimento do Brasil neste ano?**

O Brasil precisa crescer mais, até para ter aspiração de uma renda mais próxima dos países mais ricos. Não estou dizendo igualar, obviamente, não está no radar, mas voltar a avançar nessa direção. O País já teve uma renda per capita de um terço do ganho dos americanos, agora é um quinto. A gente tem chão para andar. O México, por exemplo, tem toda a narrativa do “nearshoring”, está atraindo capital e a confiança está em alta.

### **E o Brasil? Executivos têm reclamado de falta de incentivo, baixo crescimento e que isso coloca em risco investimentos futuros...**

O Brasil está em busca de uma narrativa. A transição verde pode ser um caminho importante. O governo falou de reglobalização ligada à transição. A estrutura disso, do ponto de vista macro, não ficou muito clara para os investidores ainda. Isso é fundamental. A gente precisa saber qual será o fator que vai impulsionar o crescimento. Já tentamos o incentivo setorial várias vezes e o resultado final foi aumento da dívida pública, muito mais do que um crescimento no longo prazo. Por ora, parece que o modelo mexicano é mais sustentável.

### **O ‘Financial Times’ trouxe matéria de uma página sobre a volta do capitalismo de Estado no Brasil...**

Não funcionou historicamente. A ideia de que, repetindo as mesmas coisas do passado, você vai ter um resultado diferente, causa certa ansiedade entre os investidores. O filme foi visto, não deu certo e está se repetindo. Essa é uma preocupação. O foco em terminar obras que já tinham sido iniciadas faz sentido, dado o tanto de obra inacabada no País. Faz muito mais sentido do que começar do



zero. Mas, maior influência do Estado na economia é algo que normalmente não é bem visto pelo setor privado internacional.

### **Com esse quadro, o banco considera revisão do PIB do Brasil à frente?**

Por ora, a gente está com 1,8%. O PIB de 2023 pode dar uma ideia mais clara do que será 2024. Começo de ano é importante. É quando as pessoas estão com a renda real mais alta. De novo, vai ser um ano em que a atividade econômica na primeira metade do ano tende a ser mais forte do que na segunda. A safra não vai ter o crescimento espetacular do ano passado, mas pode dar alguma ajuda no começo do ano.

### **Há uma preocupação global com a última milha na batalha contra a inflação. Qual o risco no Brasil?**

No Brasil, assim como em outros lugares, está tendo flexibilização monetária com o mercado de trabalho apertado. Isso enseja algum risco de a dinâmica salarial recrudescer e não só atrapalhar a desinflação de serviços, como começar a levar a uma aceleração desse componente. Com um contexto internacional que favoreça uma queda dos preços de commodities em reais, é possível até que o índice cheio siga bem comportado, compensando esse efeito. Mas há um risco. Do ponto de vista mais de fundamento, o mercado de trabalho suscita alguma preocupação. Vemos a inflação no Brasil em 3,6% neste ano, e acho que está bem calibrado.

### **E para o câmbio?**

R\$ 4,90. É mais ou menos onde está agora. Vai oscilar ao longo do ano.

### **Davos esse ano foi dominado pela inteligência artificial. Qual a sua visão?**

É um tipo de inovação que, a médio prazo, vai gerar mais crescimento, mais renda, mais emprego. Talvez, a transição não seja fácil. Vai ter impacto.

### **Já dá para usar a IA para prever movimentos futuros dos juros?**

Dá para usar inteligência artificial, machine learning, para projetar variáveis econômicas que vão acabar influenciando as decisões de política monetária. Ajuda, mas não resolve por completo. Ninguém ainda está totalmente terceirizando para a máquina a previsão de política monetária, pelo menos por ora. Pode ser que no futuro isso aconteça.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 25/01/2024*

## **MERCADANTE DEFENDE QUE BRASIL REPITA MODELO DA EMBRAER COM AVIÕES E SE ESPECIALIZE EM FAZER NAVIOS**

BNDES irá destinar ao menos R\$ 2 bilhões em financiamento para a construção naval em 2024; no ano passado, 95% das exportações deixaram o País por mar

*Por Gabriel Vasconcelos*

RIO - O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, disse nesta quarta-feira, 24, que o financiamento do banco à construção naval será de ao menos R\$ 2 bilhões em 2024. A cifra exata, porém, vai depender de "bons projetos", disse Mercadante.

Ele fez o anúncio em evento do BNDES no Rio de Janeiro, em que foram anunciados R\$ 19 milhões não reembolsáveis para pesquisas de planejamento espacial da Marinha, no âmbito do programa BNDES Azul.

Os recursos se repartem entre as regiões Sul (R\$ 7 milhões) e Sudeste (R\$ 12 milhões). Nesta quarta, foi assinado especificamente o contrato de Planejamento Espacial Marinho (PEM) para o Sul do País. Desembolsos para as regiões Nordeste e Norte ainda são discutidos.

“Em 2024, garanto que não serão menos de R\$ 2 bilhões para financiar construção naval. Mas o BNDES reage a bons projetos, projetos estruturantes. Precisamos de bons projetos, olhando para o futuro”, afirmou Aloizio Mercadante.



**Aloizio Mercadante é o atual presidente do BNDES; ele citou vontade de reativar a indústria naval brasileira Foto: WILTON JUNIOR / ESTADÃO**

Ele lembrou que o financiamento da construção naval pelo BNDES somou R\$ 600 milhões em 2022 e R\$ 1 bilhão em 2023, destacando a aposta crescente do banco na atividade.

Mercadante argumenta que, do total de exportações brasileiras, que no ano passado somaram US\$ 340 bilhões, 95% deixam o País por mar, e por isso o Brasil precisa construir navios com o mesmo grau de especialização com que produz, por exemplo, aviões via Embraer.

“Tivemos uma indústria pujante de construção naval nos anos 1970. Nós precisamos fazer navios, já fizemos, temos tecnologia e acúmulo para isso”, afirmou o presidente do BNDES.

Segundo Mercadante, a conjuntura global oferece uma janela para a construção naval brasileira, devido às exigências da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês) relativa à redução de emissões relacionadas à navegação.

“A IMO tem poder decisório e, até 2030, a meta é reduzir em 40% as emissões com uso de combustíveis renováveis. Isso é uma janela que está se abrindo. Podemos usar amônia verde, hidrogênio verde, metanol verde e etanol para entrar nessa disputa fabricando navio a combustível renovável para sair na frente”, continuou.

Segundo Mercadante, executivos otimistas esperam multas de US\$ 40 a US\$ 100 por tonelada para quem não cumprir as exigências, enquanto os pessimistas estimam penalidade de US\$ 500 por tonelada, o que será um diferencial para quem tiver uma “frota verde”.

Ele destacou, ainda, o tamanho da carteira “azul” do BNDES, que já perfaz R\$ 22 bilhões em financiamentos, sendo mais da metade, R\$ 13,6 bilhões voltados a embarcações e navios, sobretudo suporte ao pré-sal e estaleiros. Outra frente, a de portos e terminais, já soma R\$ 6,5 bilhões em financiamentos. E o BNDES também administra o Fundo de Marinha Mercante, com créditos de R\$ 1,2 bilhão.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 25/01/2024**

## **GOVERNO CRIARÁ FUNDO DE ATÉ R\$ 6 BI PARA SOCORRER AÉREAS E QUER REDUZIR PREÇO DO QUEROSENE**

Ministro dos Portos e Aeroportos afirma que plano para fortalecer a aviação também será elaborado  
**Por Caio Spechoto**

BRASÍLIA – O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse nesta quarta-feira, 24, que o governo criará um fundo para financiar a aviação civil. Ele também afirmou que o Executivo trabalha para baixar o preço do querosene usado em aviões, e que há “sensibilidade” da Petrobras sobre o assunto.

O ministro disse que o fundo deverá ter de R\$ 4 bilhões a R\$ 6 bilhões. A formatação e o valor exato, segundo ele, são discutidos com o Ministério da Fazenda e do BNDES. O projeto será apresentado em dez dias, de acordo com Silvio Costa Filho.

Ele afirmou que será marcada uma reunião para discutir o preço do querosene. Silvio Costa Filho falou a jornalistas no Palácio do Planalto, depois de discutir o assunto com o ministro da Casa Civil, Rui Costa. A presidente da Abear, entidade que representa as aéreas, Jurema Monteiro, estava com Costa Filho.

O ministro disse que será elaborado um plano para fortalecer a aviação. Isso incluiria discussões sobre a judicialização do setor e entrada de novas empresas no mercado brasileiro. De acordo com ele, a elaboração do plano foi determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



**Gol é uma das companhias com problemas financeiros**  
**Foto: MARCOS DE PAULA/ESTADÃO**

Apesar do crescimento de 15,3% na movimentação de passageiros em 2023, o ministro tem afirmado que ainda há desafios para fortalecer as companhias – que se queixam de crise arrastada desde a pandemia de covid-19 – e resultar em maior democratização do acesso aos voos.

### **Voa Brasil**

Costa Filho disse que o Voa Brasil, programa de passagens aéreas baratas do governo federal, será anunciado pelo presidente Lula no dia 5 de fevereiro, e passará a valer no mesmo dia.

O programa, que terá passagens de até R\$ 200, deve contemplar, de início, aposentados do INSS e estudantes do Prouni que não viajaram de avião nos últimos 12 meses.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 25/01/2024*

## **NOVOS IMPOSTOS E DESCOBERTAS EM OUTROS PAÍSES TRAVAM INVESTIMENTO EM PETRÓLEO NO BRASIL**

Taxa de fiscalização e impostos de exportação e seletivo afetam setor, segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás; Guiana, Suriname e Namíbia se tornaram opções para investidores

*Por Gabriel Vasconcelos*

RIO - Apesar dos bons resultados da indústria do petróleo no Brasil em 2023, quando a produção local chegou a bater 4,7 milhões de barris por dia, o País já não é mais o grande atrator de investimentos em exploração no mundo. A afirmação é do diretor executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Julio Moreira.

Como motivo para essa mudança de ares entre as multinacionais do petróleo, Moreira cita a sequência de novos impostos e taxas sobre a atividade local, que se somam ao aparecimento de descobertas relevantes em outros países.

“O mundo vem apresentando algumas outras opções para os investidores, com alguns lugares entregando resultados expressivos. São os casos de Guiana, Suriname e Namíbia”, diz Moreira.

Segundo o executivo, hoje, o gestor de portfólio das grandes empresas, “que está sentado em Copenhague, Houston ou Londres”, abre o mapa do mundo e, antes de tomar a decisão de investimento, considera os seguintes aspectos: segurança jurídica, volume tributário, estabilidade de regras, segurança do trabalho e, cada vez mais, o nível de emissões das operações.

Se o Brasil tem se destacado nos dois últimos critérios, tem pecado de forma crescente nos primeiros, afirma.



**Setor de petróleo teve bons números em 2023, mas Brasil se tornou menos atrativo Foto: FABIO MOTTA / ESTADÃO**

“No início de 2023 teve o imposto de exportação, depois a reforma tributária sinalizou com a ameaça do imposto seletivo. E, no fim do ano, o governo do Rio de Janeiro voltou à tecla da taxa de fiscalização, sancionada em lei”, diz Moreira.

“Isso leva a um olhar atravessado dos investidores para o Brasil, favorecendo outros países. No curto prazo, essas medidas não parecem muito prejudiciais, mas a médio e longo prazos são mortais para o desenvolvimento do setor”, continua o diretor do IBP.

Nesse contexto, a estratégia das empresas de diluir riscos em várias regiões tende a se intensificar, com interesse crescente pelas “bolas da vez”, os três países com descobertas mais recentes. “Guiana, mas sobretudo Suriname e Namíbia, ainda têm longo dever de casa na preparação da infraestrutura associada, praticamente inexistente. Esses países são como o Brasil nos anos 1970 e 1980”, diz.

### TFPG

A Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (TFPG) foi sancionada por meio de lei (10.254/2023) pelo governador do Rio, Claudio Castro (PL), em 20 de dezembro. A aplicação da taxa, prevista a partir de abril, vem após uma série de idas e vindas que começaram ainda em 2015, quando o então governo tentou instituí-la. O histórico conta com uma decisão contrária do Supremo Tribunal Federal (STF).

Dessa vez, trata-se de cobrança mensal das empresas que operam no Rio no valor de 10 mil UFIRs, ou R\$ 45 mil, por área de concessão. O objetivo é custear atividades estaduais de fiscalização de responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Fontes do setor argumentam que o instrumento tem claro objetivo arrecadatário e poderia se aproximar de um imposto, o que é proibido na Constituição. Essa é uma das abordagens jurídicas que podem ser levadas adiante por empresas e entidades para evitar, mais uma vez, as cobranças.

Da parte do IBP, Moreira diz que o instituto ainda avalia o que fazer e como vai conduzir o processo junto ao governo do Estado, antes de eventual judicialização.

“Imaginávamos que esse assunto (TFPG) poderia estar esgotado a partir do momento em que o STF julgou inconstitucional. O fato é que a Alerj vem adaptando o PL para endereçar as questões colocadas pelo Judiciário e esse processo culminou na sanção no fim do ano passado. Agora estamos avaliando que medidas tomar”, diz.

A atividade de petróleo é concentrada no Rio de Janeiro. Segundo Moreira, 88% da produção de óleo e 74% da produção de gás entre novembro de 2022 e novembro de 2023 aconteceram no Rio. Por isso, cerca de 75% dos recursos recolhidos na forma de royalties e participações especiais distribuídos a Estados e municípios também ficam no Estado, diz o executivo. Em 2023, essas arrecadações específicas do petróleo renderam R\$ 92,2 bilhões ao País.

“Mesmo que essa taxa de fiscalização represente um custo irrelevante, o elemento mais importante não é o valor monetário, mas o dano ao ambiente de negócios do Rio, à estabilidade de regras. Esse é o maior prejuízo”, diz Moreira.

### Imposto de exportação e seletivo

Sobre o imposto de exportação, Moreira reconhece que o mérito “caiu” com o fim do decreto em junho. “O imposto durou quatro meses e o objeto das ações (na Justiça), que tentavam impedir a

cobrança, caiu. Mas nada impede que as empresas busquem reaver ou compensar o imposto já pago, se for julgado inconstitucional”, diz.

O mesmo não se pode dizer sobre o imposto seletivo ou “imposto do pecado”, criado no âmbito da reforma tributária com alíquota prevista de até 1%. “A cobrança ainda será regulamentada e vamos brigar para ser zero, o que é improvável. Vamos trabalhar junto ao governo federal sobre a definição dessa alíquota”, afirma o executivo.

“Não é só mais 1%, é instabilidade para investimentos definidos no passado, em uma cadeia de longa maturação e retorno previsto para 10 anos, 15 anos. As empresas não contavam com isso quando fizeram seus investimentos”, diz Moreira.

Sobre as baixas chances de reverter a taxa, ele admite a centralidade de medidas como essa no esforço do governo para aumentar a arrecadação. “Isso é prerrogativa do Estado, mas é importante ter claro que o impacto não é só monetário, mas de credibilidade”.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 25/01/2024**

## CONSELHO DA VALE DEVE DECIDIR FUTURO DE CEO ATÉ A PRÓXIMA TERÇA

Uma reunião do conselho de administração da mineradora deve ser convocada para avaliar a permanência de Bartolomeu e o desempenho da empresa sob sua administração

**Por Juliana Garçon e Cristiane Barbieri**

RIO - A permanência de Eduardo Bartolomeu na presidência da Vale deve ser decidida até terça-feira, 30, com a convocação de uma reunião extraordinária do conselho de administração da mineradora (CA), segundo fonte familiarizada com o processo ouvidas pelo Estadão/Broadcast. Nesse encontro será analisado, a partir de um amplo estudo, o desempenho do executivo frente à mineradora. Nos últimos dias, o governo intensificou a pressão para colocar Guido Mantega na função, com o ministro Alexandre Silveira ligando diretamente para acionistas para defender o indicado de Lula.

Antes da convocação da reunião extraordinária do conselho, porém, haverá mais um passo no desenlace da saga na sucessão da Vale, com a análise, pelo Comitê de Pessoas e Remuneração, desse estudo sobre a gestão Bartolomeu, elaborado pela firma de headhunter Vila Nova Partners, de São Paulo. O documento será entregue nesta quinta, 25, e deverá ser debatido num encontro do comitê, que é um dos colegiados de assessoramento do conselho, composto por 4 dos 13 integrantes do CA.

Segundo apurado pelo Estadão/Broadcast, a consultoria realizou várias rodadas de conversas com executivos e os próprios conselheiros sobre a efetividade na execução, por parte de Bartolomeu, das estratégias determinadas para a companhia. Também se debruçou sobre outros indicadores de desempenho da Vale. Procurada pelo Estadão/Broadcast, a firma não quis se manifestar.

O sócio fundador da Vila Nova Partners, Fernando Carneiro, tem 23 anos de experiência como headhunter e sua principal área é a sucessão de CEOs. O Estadão/Broadcast apurou que Carneiro já fez outros trabalhos para a Vale nos últimos 20 anos e tem conhecimento profundo dos processos e entranhas da companhia. Conhece há vários anos Eduardo Bartolomeu, que, antes de se tornar CEO, foi diretor executivo da Vale entre 2004 e 2012 e entre 2018 e 2019.



**O presidente da Vale, Eduardo Bartolomeu, participa de evento em Londres, Reino Unido Foto: Matt Writtle/Vale**



Com o estudo da Vila Nova Partners digerido, o Comitê de Pessoas deve levar uma recomendação ao conselho de administração, que tem até o fim do mês para anunciar sua decisão soberana. Como na quarta-feira já há uma reunião ordinária marcada, que não tem esse tema na pauta, seria chamado um encontro extra até terça-feira.

O Comitê de Pessoas é formado por dois conselheiros vinculados a acionistas e dois independentes. Os indicados são o executivo Shunji Komai, do conglomerado japonês Mitsui, segundo maior acionista, com 6,3% do capital, e João Fukunaga, presidente da Previ, principal acionista individual da Vale (10% em participação direta e indireta). De acordo com informações de bastidores, a Previ é crítica à gestão de Bartolomeo. A entidade, porém, não comenta o assunto. O Mitsui tampouco se manifestou.

Os conselheiros independentes no comitê são Manuel Lino Silva de Souza Oliveira, Ollie, e Luiz Henrique Guimarães, ex-CEO da Cosan, cotado para o posto de CEO no lugar de Bartolomeo, conforme interlocutores. Ollie é "lead independent director" (LID), que representa os conselheiros independentes.

Guimarães foi indicado por Rubens Ometto, dono da Cosan e de 4,9% do capital da Vale. É considerado "independente" porque a participação do empresário na mineradora não chega a 5%, nível a partir do qual os acionistas são nomeados "de referência". Seu nome surgiu, há meses, como possível sucessor de Bartolomeo. O fato de ter deixado o cargo de CEO da Cosan alimentou ainda mais os rumores.

### **Decisão soberana**

Os 13 membros do conselho, inclusive os quatro que pertencem ao Comitê de Pessoas, são livres para votar pela aprovação ou não da gestão de Bartolomeo, seja em linha com a recomendação ou de maneira contrária. "Uma decisão dessa magnitude (troca de comando da empresa) passará por todo o conselho, por mais que o Comitê de Pessoas tome um posicionamento", diz uma fonte.

A percepção de fontes é que a avaliação de Bartolomeo tem melhorado tanto para o público interno quanto para o externo. Além de ele aparecer mais e ter mostrado com maior ênfase a importância da empresa para o País, houve maior articulação política em torno de sua gestão, de acordo com pessoa familiar à empresa.

Porém, afirma outra fonte ouvida pelo Estadão/Broadcast, o posicionamento de cada conselheiro - e a pressão que o governo tem feito sobre os acionistas que representam - só será conhecida na reunião extraordinária.

"A governança da empresa é muito diferente da época do Roger (Agnelli, ex-presidente da Vale, destituído por pressão da gestão Dilma, em 2011), mas toda mineradora depende de sua relação com o governo, seja por meio de concessões logísticas ou dos licenciamentos ambientais. Outros acionistas também dependem dessa interlocução", diz a fonte. "Seria necessário desmontar todas as normas de governança que estão em vigor, o que numa corporation teria uma repercussão internacional muito grande."

Em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast, no início de dezembro, Eduardo Bartolomeo reforçou que deseja continuar no posto de comandante da mineradora.

Mas, caso o conselho decida que a temporada do executivo na Vale deva se encerrar, uma outra firma de headhunter - essa obrigatoriamente internacional - será contratada a fim de preparar uma lista tríplice com recomendações de executivos para preencher a vaga de CEO.

### **No conselho**

No marmoto de hipóteses que a sucessão da Vale proporcionou na semana passada, foi aventado que, se Guimarães entrasse nessa lista tríplice e se tornasse CEO ou fosse para um alto cargo executivo, abriria uma vaga no conselho de administração. Isso serviria para acomodar Mantega. Em

meio aos rumores, o ministro Alexandre Silveira, de Minas e Energia, elogiou o ex-ministro - o que derrubou as ações da mineradora.



Porém, Mantega teria de ser aprovado pelos outros conselheiros - sendo que oito são independentes. Ele também poderia ocupar uma das duas vagas da Previ, que é ligada ao governo, no conselho. Além de Fukunaga, Daniel Stieler, ex-presidente da entidade, foi indicado e é presidente do colegiado. Um dos dois teria de renunciar ao mandato, que vai até abril de 2025, e a ideia não agrada a liderança da Previ, de acordo com fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast.

**Governo Lula trabalha para colocar Mantega no conselho de administração da Vale** Foto: Celso Junior/AE

Além disso, para indicar o ex-ministro a um assento no colegiado da Vale, seria preciso contornar as regras da própria Previ, que preveem um processo seletivo para a escolha de conselheiros das empresas nas quais investe. Segundo as fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast, a primeira etapa, de inscrição dos interessados em fazer parte dos colegiados, foi encerrada na sexta-feira, 19, sem o nome de Mantega.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 25/01/2024

## BRIGA ENTRE GOVERNOS TARCÍSIO E LULA PODE ATRASAR OBRAS DE TÚNEL NO PORTO DE SANTOS; ENTENDA

Gestões estadual e federal divergem sobre licenças ambientais e modelagem para o empreendimento que beneficiaria 40 mil motoristas e reduziria a travessia em 25 minutos

Por Gustavo Côrtes

Um desentendimento entre os governos de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a disputa pela paternidade das obras do prometido túnel que ligará as cidades de Santos e Guarujá ameaçam atrasar o empreendimento que poderia beneficiar 40 mil motoristas diariamente na Baixada Santista. De um lado, o governo federal tem a intenção de construir a obra com menor participação da iniciativa privada e sem a gestão estadual, que queria financiar também com recursos federais a sua fatia no plano de dividir a construção. De outro, o governo do Estado, defensor de uma PPP com uma participação mais ampla da iniciativa privada, diz que a proposta federal demandaria um novo projeto executivo e um novo pedido de licença ambiental, o que atrasaria o processo.

Em meio aos debates técnicos, emergem fatores políticos que movem os dois lados. Para aliados de Tarcísio, a União quer controlar a obra sozinha para viabilizar um possível retorno de Geraldo Alckmin (PSB) ao Estado na campanha de 2026. De outro, representantes do governo federal reclamam que a gestão Tarcísio atrasa a resposta ao pedido de atualização da licença ambiental justamente para impedir que a União faça a obra sozinha. Além disso, as desavenças que envolvem o Ministério de Portos e Aeroportos também acirram as tensões entre o Republicanos, que comanda a Pasta, e o governador, principal estrela do partido.

De sua parte, governo estadual afirma ter condições de levar adiante um projeto próprio para a obra e, nos bastidores, promete jogar duro na liberação de licenças essenciais para o empreendimento sair do papel por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como quer o governo federal. Procurada, a gestão paulista afirma ter disponibilidade financeira e de captação para realizar a obra, e alega que a gestão federal não pediu uma nova licença prévia para realizar o empreendimento, já que o projeto foi modificado desde que uma autorização foi concedida para outra versão do túnel, feita pelo Estado em 2014. Já o Ministério dos Portos e Aeroportos não se manifestou.



A construção de uma ligação seca entre Santos e Guarujá é uma demanda antiga da região. Hoje, o caminho entre as duas cidades é feito por estrada, em um trecho de 43 quilômetros de extensão. Outra opção dos motoristas é cruzar os municípios por meio de uma balsa, que demanda um tempo de espera variável a depender das condições climáticas e do fluxo de veículos. Já o túnel submerso terá apenas 1,7 quilômetro de extensão, resolvendo o gargalo de mobilidade entre as duas cidades. Para isso, teria que ser construído em uma profundidade de 20 metros no canal de Santos. Seria o suficiente para não comprometer o tráfego de navios no local, onde o calado chegará a no máximo 17 metros. Atualmente, a profundidade é de 15 metros. O túnel teria três faixas por sentido, além de uma integração com veículo sob trilhos (VLT), ciclovia e passagem urbana. Estima-se que a travessia submersa seria utilizada por aproximadamente 40 mil pessoas por dia e poderia reduzir em 25 minutos o tempo de viagem em relação à opção por balsa.



***Divergências entre os governos de Tarcísio e Lula colocam em risco a construção do túnel entre Santos e Guarujá Foto: Wilton Júnior/Estadão***

O imbróglio ganhou mais corpo há cerca de duas semanas, quando o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT), informou ao governo paulista, por telefone, que o acordo então existente para realizar a obra em parceria com o Estado havia sido desfeito, e que a União faria a obra por sua conta. A Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), do governo de São Paulo, disse possuir disponibilidade financeira e de captação de recursos para o projeto, mas pretendia custear os R\$ 2,7 bilhões que lhe cabiam na divisão das despesas por meio de um financiamento no BNDES, o que o governo federal não aceitou. Desde então, auxiliares de Tarcísio passaram a lembrar que, embora o Porto de Santos, local onde a obra será iniciada, seja de jurisdição federal, o projeto depende de licença da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Para tirar a obra do papel, é preciso fazer uma dragagem no canal do porto. Por causa disso, em junho do ano passado, o presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, enviou um ofício à empresa estadual em que pede acesso a material técnico, planilhas orçamentárias, projeto executivo e “licenças ambientais devidamente renovadas” para dar andamento ao empreendimento. Até hoje, porém, não obteve resposta.

No governo federal, também há um debate interno de que, para obras compreendidas na poligonal do porto (entre a perimetral de Santos e a do Guarujá com o canal no interior), a competência para as licenças ambientais seria do Ibama, em especial quando envolve elevado volume de dragagem como a proposta para construção do túnel. No ofício enviado à Cetesb, embora peça a disponibilização das licenças ambientais prévias, a autoridade portuária complementa: “em que pese requerimento que já fora protocolado junto ao Ibama para que seja avocada a competência para a renovação/atualização das mesmas licenças, tendo em vista a natureza jurídica de empresa pública federal, da ora requerente”.

O governo estadual, por sua vez, contesta essa interpretação. Em nota ao Estadão, a gestão Tarcísio reafirmou que “a competência é da Cetesb, e não do Ibama, em consonância com a Lei Federal Complementar nº 140/2011”. Segundo o governo do Estado, “a autarquia emitiu, em abril de 2014, a Licença Ambiental Prévia (LP) para o empreendimento, sob responsabilidade da Dersa” e que “até o momento, não foi protocolizado na Cetesb um novo pedido de LP para o empreendimento”.

### **Disputa política em meio aos debates técnicos envolve as eleições de 2026**

Na visão de aliados de Lula, o governo de São Paulo quer tumultuar o processo, devido à frustração por não poder reivindicar a paternidade do túnel. Integrantes do Palácio dos Bandeirantes, por outro lado, veem o rompimento do acordo como um movimento para reabilitar o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) na política de São Paulo. Eles apontam para a relação do vice com Pomini, ligado ao partido de Alckmin, e que se manteve no cargo mesmo após a troca de comando no Ministério dos

Portos e Aeroportos, em setembro do ano passado, quando Márcio França (PSB) deu lugar ao deputado federal Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE). A Vice-Presidência foi procurada para comentar o caso, mas não quis se manifestar.



**Túnel que ligará Santos e o Guarujá é motivo de embate entre governos estadual e federal Foto: Edson Lopes Jr/Divulgação**

Em 2014, quando era governador de São Paulo, Alckmin chegou a fazer um projeto da obra por meio da Dersa, empresa paulista que foi liquidada na gestão João Doria. No entanto, a ideia foi deixada de lado devido a restrições orçamentárias durante a crise econômica dos anos seguintes.

Aliados de Tarcísio veem agora a obra como uma marca que Alckmin poderia apresentar em 2026, em uma eventual candidatura de oposição ao governo do Estado. Também dispararam contra Costa Filho, de quem esperavam mais proatividade para encontrar solução que viabilize a participação do Estado no projeto, já que ele pertence ao Republicanos, mesmo partido do governador. O imbróglio, segundo eles, voltou a gerar tensão entre Tarcísio e a cúpula da legenda da qual é a principal estrela.

O governador também já fez planos para a obra no passado. Como ministro da Infraestrutura do governo de Jair Bolsonaro, incluiu o empreendimento em um projeto de privatização do porto. A construção da chamada “ligação seca” entre as cidades era uma das contrapartidas que a empresa compradora do porto seria obrigada a realizar. Com a eleição de Lula, esta alternativa de privatização do porto foi descartada, inviabilizando a ideia original de Tarcísio.

Ao assumir o governo de São Paulo, Tarcísio passou a vislumbrar a construção do túnel apenas com recursos privados, mediante concessão. A empresa que fizesse a obra teria o direito de explorar o trecho economicamente em pedágios. Lula, no entanto, optou por incluí-la no PAC.



conforme o presente, vem, muito respeitosamente, requerer oficialmente o envio dos Estudos e Projetos<sup>2</sup> atinentes à ligação seca Santos – Guarujá (Túnel Imerso), à esta Autoridade Portuária, considerados públicos conforme transparência e acesso público às informações.

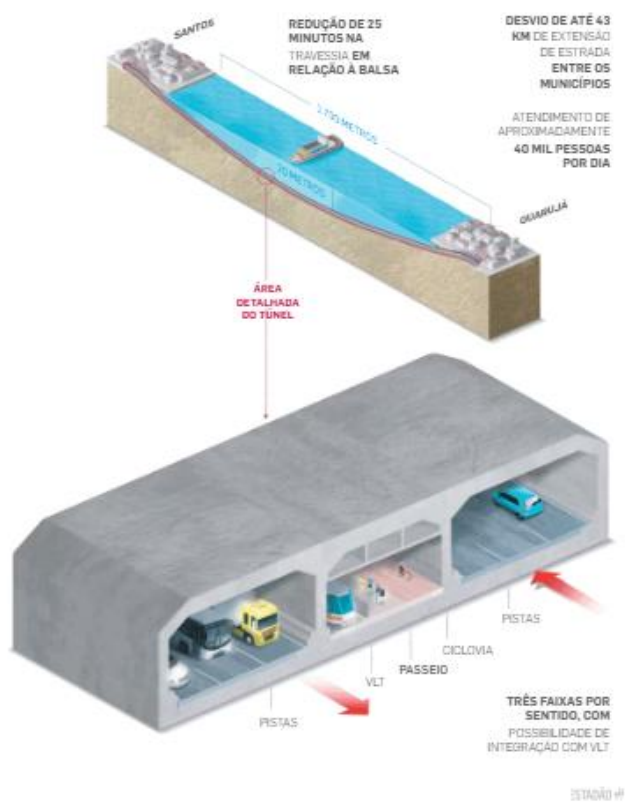
Outrossim, requer-se também, a disponibilização das Licenças Ambientais Prévia Nº 2333<sup>3</sup> em 04/04/2014, junto à CETESB, devidamente atualizadas/renovadas para que sejam utilizadas na implementação do referido projeto, em que pese requerimento que já fora protocolado junto ao IBAMA<sup>4</sup> (conforme hiperlink com os documentos anexos) para que seja avocada a competência para à renovação/atualização das mesmas licenças, tendo em vista a natureza jurídica de Empresa Pública Federal, da ora requerente.

Diante do exposto, solicitamos a disponibilização do material técnico existente, incluindo desenhos, memoriais e planilhas orçamentárias, projeto básico e executivo, na sua versão mais recente, bem como as respectivas anotações de responsabilidade técnica (ART), de forma digital (físico ou link de acesso), com as licenças ambientais devidamente renovadas, conforme precedente no caso da duplicação da Rodovia dos Tamoios (Licença Ambiental Prévia nº 2238<sup>5</sup> - processo SMA nº 98/2011 CETESB).

**Documento enviado pelo Porto de Santos ao governo de São Paulo pedindo atualização das licenças ambientais para o túnel Santos-Guarujá Foto: Reprodução/Porto de Santos**

### Porto de Santos

Raio x do maior complexo portuário da América Latina e principais projetos de privatização



### Governo paulista quer atualizar projeto antigo para licitar a obra no segundo semestre

O governo de São Paulo afirma, que, em dezembro do ano passado, contratou a Fipe para atualizar o projeto realizado pela Dersa, com o objetivo de realizar o leilão no segundo semestre deste ano. Já havia também assinado o acordo de cooperação técnica que permitiria a criação de um grupo de trabalho com o Ministério dos Portos e Aeroportos, a Autoridade Portuária de Santos, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de SP para viabilizar o cronograma.

O Estado diz ainda que “possui disponibilidade financeira e de captação de recursos para a construção do túnel imerso Santos-Guarujá”. “Não há necessidade de disponibilidade financeira na Lei Orçamentária Anual (LOA) estadual de 2024 para o projeto, uma vez que as obras não serão iniciadas no exercício vigente”, completou a gestão estadual.

O governo Tarcísio também argumentou que vinha atuando em conjunto com a gestão federal para viabilização do empreendimento, desde a qualificação do projeto no PAC, “enviando todos

os documentos produzidos internamente para lançar a PPP, como Modelo Econômico-Financeiro, Edital, Contrato e Anexos Técnicos”.

Segundo o Estado, como o único projeto executivo existente para o túnel foi desenvolvido pela Dersa, para o governo federal iniciar as obras em 2025 precisaria elaborar um novo projeto, ampliando o prazo e entrega das obras. “Além disso, o projeto do governo estadual comporta o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos)”, explicou.

Ainda segundo a gestão estadual, a modelagem que já havia sido proposta pelo governo paulista para túnel previa investimentos de R\$ 5,96 bilhões, sendo R\$ 2,7 bilhões em aportes públicos das duas gestões, e a participação da iniciativa privada por meio de uma PPP. “Nestes moldes, uma consulta pública poderia ter sido aberta ainda em 2023”, diz o governo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/01/2024

ECONÔMICO  
**Valor**  
Informação que vira dinheiro.

## VALOR ECONÔMICO (SP)

### GOVERNO DISCUTE FUNDO DE ATÉ R\$ 6 BI PARA AÉREAS

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que nos próximos dez dias deverá ser anunciado um fundo de auxílio voltado para as companhias aéreas

Por Fabio Murakawa — De Brasília

O governo deve anunciar nos próximos dez dias um fundo de R\$ 4 bilhões a R\$ 6 bilhões para socorrer as companhias aéreas, disse o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. De

acordo com ele, o Fundo Nacional de Financiamento da Aviação Brasileira está sendo preparado em conversas com o Ministério da Fazenda e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Costa Filho não explicou, no entanto, qual será a origem dos recursos.

O ministro afirmou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará no dia 5 o programa Voa Brasil, que vai possibilitar a venda de passagens aéreas com valor de até R\$ 200 para públicos específicos.

Costa Filho conversou com a imprensa nesta quarta-feira (24) após reunião com o ministro Rui Costa, da Casa Civil, no Palácio do Planalto. Ele estava acompanhado da presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Jurema Monteiro.

“Nesses próximos dez dias, já está em construção com o ministro [Fernando] Haddad, com o presidente do BNDES, [Aloizio] Mercadante, nós iremos apresentar ao país um fundo de financiamento da aviação brasileira”, disse o ministro. “[O fundo funcionará] para que as empresas aéreas possam buscar crédito, se capitalizar e, com isso, poder ampliar investimentos na aviação, que vão desde o refinanciamento de dívidas, de investimentos em manutenção, como também compra de novas aeronaves”, afirmou o ministro.

Costa Filho disse que o governo estuda alternativas para baixar o preço da querosene de aviação (QAV), uma queixa recorrente das empresas. Questionado sobre se essa alternativa passava por uma redução da margem de lucro da Petrobras ou pela redução de impostos, o ministro afirmou que a “modelagem” ainda está em estudo.

“Queremos conversar com o presidente da Petrobras, Jean Paul [Prates], para na próxima semana apresentar efetivamente uma proposta”, disse.

“A gente está discutindo a questão da modelagem em relação ao QAV. Há uma sensibilidade da Petrobras de poder discutir a questão deste combustível. A gente está vendo que é a melhor formatação em conversas com as companhias aéreas e com a Petrobras.” Segundo Costa Filho, haverá uma nova reunião com Rui Costa na semana que vem para debater o assunto.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 25/01/2024*

## FUNDO DE SOCORRO A COMPANHIAS AÉREAS CUSTARÁ ATÉ R\$ 6 BI

Costa Filho afirmou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciará no dia 5 o programa Voa Brasil

*Por Fabio Murakawa, Valor — Brasília*



**Costa Filho também disse que o governo estuda alternativas para baixar o preço do querosene de aviação — Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil**

O governo deve anunciar nos próximos dez dias um fundo de R\$ 4 bilhões a R\$ 6 bilhões para socorrer as companhias aéreas, disse hoje (24) o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. De acordo com ele, o Fundo Nacional de Financiamento da Aviação Brasileira está sendo preparado em conversas com o Ministério da Fazenda e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Costa Filho não explicou, no entanto, qual será a origem dos recursos para alimentar o fundo.

O ministro afirmou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciará no dia 5 o programa Voa Brasil, que possibilitara a venda de passagens aéreas a até R\$ 200 para públicos específicos.

Costa Filho conversou com a imprensa após reunião com o ministro Rui Costa, da Casa Civil, no Palácio do Planalto. Ele estava acompanhado da presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Jurema Monteiro.

"Nesses próximos 10 dias, já está em construção com o ministro [Fernando] Haddad, com o presidente do BNDES, [Aloizio] Mercadante, nós iremos apresentar ao país um fundo de financiamento da aviação brasileira", disse o ministro. "[O fundo funcionará] para que as empresas aéreas possam buscar crédito, se capitalizar e, com isso, poder ampliar investimentos na aviação, que vão desde o refinanciamento de dívidas, de investimentos em manutenção, como também compra de novas aeronaves", afirmou.

Costa Filho disse que o governo estuda alternativas para baixar o preço da querosene de aviação (QAV), uma queixa recorrente das empresas. Questionado sobre se essa alternativa passava por uma redução da margem de lucro da Petrobras ou pela redução de impostos, o ministro afirmou que a "modelagem" ainda está em estudo.

"Queremos conversar com o presidente da Petrobras, Jean Paul [Prates], para na próxima semana apresentar efetivamente uma proposta", disse. "A gente está discutindo em relação à modelagem em relação ao QAV. Há uma sensibilidade da Petrobras de poder discutir a questão do QAV. Estamos vendo a melhor formatação em discussão com as companhias aéreas e com a Petrobras."

Segundo o ministro, haverá uma nova reunião com Rui Costa na semana que vem para debater o assunto.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 25/01/2024*

## VOTORANTIM CIMENTOS INVESTIRÁ R\$ 5 BI ATÉ 2028

Companhia anuncia plano de cinco anos para aumentar Ebitda em 50% e produtividade em 10% no Brasil

*Por Ana Luiza Tieghi — De São Paulo*



A Votorantim Cimentos anuncia nesta quarta-feira (23) plano de investimento de R\$ 5 bilhões em sua operação brasileira, dos quais R\$ 1,5 bilhão já está em execução.

O valor total deve ser empregado até 2028, em ativos já existentes da companhia, e resultar em um aumento de 10% na capacidade de produção nacional, o que equivale a 3 milhões de toneladas por ano.

**Osvaldo Ayres Filho: "Preparamos a companhia para oportunidades que venham a surgir" — Foto: Divulgação**

Também vai trazer um ganho anual no lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de R\$ 1,3 bilhão, suficiente para elevar o indicador em 50% sobre o obtido nos 12 meses até setembro, última divulgação da companhia.

O CEO global da empresa, Osvaldo Ayres Filho, adianta que o R\$ 1,5 bilhão já empregado deve resultar em R\$ 500 milhões adicionais no Ebitda, perceptíveis nos resultados a partir de 2025.

Segundo ele, o plano visa ganho de competitividade estrutural, e envolve melhorar custos com mineração e ampliar a eficiência energética, ter mais automação industrial, comprar equipamentos de ponta, aumentar os pontos de distribuição logística e aplicar inteligência artificial nos fretes.

Inclui ainda um novo parque solar feito em joint-venture com a Atlas Renewable Energy, em Paracatu (MG), anunciado na semana passada. O investimento da Atlas será de até R\$ 1,2 bilhão. A empresa

não expõe seu percentual. Álvaro Lorenz, diretor global de sustentabilidade, diz que o parque vai elevar o uso de energia renovável de 49% para 75%, a partir de 2026.

Parte dos R\$ 5 bilhões também será destinado para acelerar os negócios alternativos da empresa: a transportadora Motz, a Verdura, de gestão de resíduos, e a Viter, de soluções agrícolas.

Do ganho de três milhões de toneladas em capacidade produtiva, um milhão está concentrado na usina de Salto de Pirapora (SP). Só nessa fábrica o investimento é de R\$ 300 milhões, em uma nova moagem de cimento. As toneladas extras já poderão entrar no mercado em 2025. O complexo de produção da Votorantim Cimentos na região, que inclui unidade na vizinha Votorantim, vai receber R\$ 800 milhões, com ganho de 20% na capacidade produtiva.

A indústria brasileira de cimento utiliza hoje 66% da capacidade, segundo o Snic, sindicato das cimenteiras. Ayres Filho afirma que a empresa tem nível semelhante de uso, o que não a impede de investir em mais produção. “Preparamos a companhia para oportunidades que venham a surgir, e temos protagonismo onde opera”.

Foram vendidas 62 milhões de toneladas de cimento em todo o país em 2023, de acordo com o Snic, queda anual de 1,7%. Para 2024, espera-se uma alta de 2%.

“Há dependência muito pequena de condições de mercado”, ressalta o CEO, porque o investimento será orgânico, em bases já existentes da empresa.

Ao fim do terceiro trimestre de 2023, 55% do Ebitda ajustado da empresa vinha da operação internacional, principalmente na América do Norte e Península Ibérica.

A companhia realizou seis fusões e aquisições nos últimos três anos, e tem um plano de investimento de cerca de R\$ 4 bilhões para essas áreas, também em um horizonte de 5 anos, segundo o CEO, o que poderia incrementar seus Ebitdas entre 30% e 40%. A companhia considera sua distribuição geográfica uma segurança contra flutuações do mercado.

A alavancagem, medida pela dívida líquida sobre o Ebitda ajustado, estava em 1,5x no terceiro trimestre, com perfil “bastante saudável”, segundo Ayres Filho, e não deve ser prejudicada pelo plano. “Podemos cadenciar ou acelerar os investimentos à medida em que eles vão amadurecendo”.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 25/01/2024**



**AGÊNCIA BRASIL - DF**

## **NOVA PORTARIA TRARÁ 200 EXCEÇÕES PARA TRABALHO EM FERIADOS**

Setores essenciais não precisarão fechar acordo com sindicatos

*Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil – Brasília*



**Ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho, no anúncio da nova portaria/ Foto: Wilson Dias**

Uma nova portaria a ser editada até o início de fevereiro trará uma lista de cerca de 200 setores considerados essenciais que não precisarão fechar acordos com os sindicatos para trabalho aos feriados. A informação foi dada nesta quarta-feira (24) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e por entidades de trabalhadores e



de empregados.

O anúncio ocorreu após reunião nesta tarde entre representantes do governo, das centrais sindicais e dos empregadores. Segundo Marinho, a lista de exceções ainda não está definida, mas farmácia e postos de gasolina estão entre os setores que não precisarão de acordo coletivo.

“Fizemos o ajuste em todo o texto da portaria, que será republicada. Há uma bancada de relatores alterando o texto, que não apresentará hoje a versão final. A portaria anterior teve o único objetivo de provocar essa conversa nacional, com uma mesa permanente para discutir o tema, inclusive daqui para frente”, disse Marinho em entrevista coletiva após a reunião.

### **Trabalho domingos e feriados**

A portaria publicada em novembro de 2023 e revogada logo em seguida, invalidou uma outra portaria de 2021, que concedeu autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados em vários setores do comércio.

Segundo o ministro, a nova portaria será editada até 5 de fevereiro e entrará em vigor logo após a publicação. Em relação ao trabalho aos domingos, as categorias fora da lista de exceções precisarão de convenção para implementar o trabalho. “A portaria do governo anterior agredia o que dizia a lei. A legislação diz que pode trabalhar aos fins de semana, mas que o trabalho aos feriados precisa de negociação [com os sindicatos]”, acrescentou Marinho.

Julimar Roberto, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), explicou que os setores excluídos serão listados num anexo da portaria.

“Observamos que existem alguns tipos de trabalhos que precisam funcionar por conta do atendimento à população, trabalhos especiais. Farmácia, por exemplo, que pode salvar a vida de uma pessoa. É primordial. Esse é o ajuste que foi feito, com um anexo de redação, dizendo quais poderão funcionar independentemente da negociação coletiva”, informou.

Representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Ivo Dall’Acqua disse que a lei trata apenas do comércio de produtos. Atividades ligadas a serviços não terão necessidade de acordo coletivo, como bares, restaurantes e hotéis. Supermercados, no entanto, necessitam de convenção para abrirem aos feriados.

“A lei não contempla bares e restaurantes, que são do grupo de turismo e hospitalidade. A portaria vai deixar claro as categorias que poderão funcionar sete dias por semana, como hotéis e outras atividades. A lei diz respeito a parte do comércio que cuida do atacado e varejo, comércio de mercadorias, compra e vendas. Por isso, a gente trata a excepcionalidade com cuidado para que todos tenham tratamento isonômico”, declarou.

Além do Ministério do Trabalho e Emprego, a reunião teve a presença de representantes das seguintes centrais sindicais: CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). Os empregadores foram representados pela CNC.

### **Histórico**

Em novembro, o Ministério do Trabalho publicou uma portaria que obrigava a convenção coletiva para o trabalho aos feriados a todos os setores. Uma semana mais tarde, o texto foi revogado, após a Câmara dos Deputados ameaçar aprovar um decreto legislativo cancelando a portaria.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data: 25/01/2024*

## **MERCADO LIVRE DE ENERGIA JÁ CONTA MAIS DE 3 MIL CONSUMIDORES**

Mudança pode baratear contas de energia em torno de 20%

*Por Fabiana Sampaio - Repórter da Radio Nacional - Brasília*



Desde o início do ano mais de 3 mil consumidores já notificaram o encerramento dos contratos com distribuidoras de energia elétrica para migrar para o mercado livre de energia. Esse é o primeiro mês de vigência da abertura desse modelo para consumidores do grupo A, de média e alta tensão, que passaram a ter essa opção, já disponível para as grandes indústrias.

A mudança pode baratear as contas de energia dessas empresas em torno de 20%. Marcelo Loureiro, conselheiro da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que integra geradores, distribuidores, comercializadores e consumidores de energia elétrica no país, afirma que o potencial de novos negócios que podem se beneficiar do mercado livre de energia é enorme.

"Mais de 12 mil pequenas empresas e médias empresas já demonstraram interesse de ingressar no ambiente livre para todos os meses de 2024. Estimamos que, ao todo, teremos algo entre 20 e 24 mil empresas aderindo. Para ter noção do que representa tal volume, atualmente temos 38 mil unidades consumidoras que já estão no segmento livre. Isso significa que a quantidade de aderentes possa aumentar esse número em até 50% só neste ano."

De acordo com portaria do Ministério de Minas e Energia, os consumidores deverão escolher um comercializador varejista habilitado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Mais de 100 agentes varejistas já estão habilitados.

Ao ingressar no mercado livre de energia, os consumidores continuam vinculados às distribuidoras, que é quem dispõe da rede por onde a energia passa. Mas podem escolher o fornecedor, assim como tempo de contrato, preço, tipo de energia, optando, por exemplo, por fontes de energias renováveis.

Dante Beneveni, Ceo da Urca Trading, empresa do Grupo Urca Energia, uma das empresas comercializadoras habilitadas para atuar no mercado livre de energia diz que a redução de custos pode chegar a três faturas por ano. E cita outros benefícios.

"Poder de escolha, possibilidade de ter mais opções de fornecedor de energia e não ficar restrito àquela distribuidora onde está conectado. E produtos, com a possibilidade de diversificação, seja falando só em energia, produto com desconto garantido ou com preço fixo, ele [consumidor] podendo escolher entre custo e benefícios, com a popularização da energia do mercado livre, iniciando com o atacarejo e depois indo para o varejo de fato. Assim como aconteceu lá fora, a tendência é que esse produto de energia venha para o mercado com novos produtos."

A medida deve beneficiar indústrias e serviços de pequeno e médio porte. São supermercados, padarias, redes de postos de combustíveis e outros negócios que estejam no grupo A de consumo. Essa informação pode ser conferida na conta de energia.

**Fonte: Agência Brasil - DF**  
**Data: 25/01/2024**

## ACORDO COMERCIAL COM UNIÃO EUROPEIA É PRIORIDADE DO MERCOSUL

Paraguai comanda primeira reunião como presidente pro tempore do bloco  
**Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil - Brasília**

Na presidência pro tempore do Mercosul, o Paraguai apresentou suas prioridades durante os 6 meses que ficará à frente do bloco. Entre elas, está a de avançar nas negociações para consolidar o acordo comercial com a União Europeia e a promoção de negociações com os Emirados Árabes.





O primeiro encontro de chanceleres dessa nova gestão ocorreu na quarta-feira (24), em Assunção, capital do Paraguai, e contou com a participação da chanceler da Bolívia, Celinda Sosa, país que busca a adesão ao bloco.

Durante a reunião, foi manifestado o compromisso de Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai para prestarem apoio técnico no processo de incorporação da Bolívia ao bloco, “conforme o disposto no Protocolo de Adesão e da regulamentação

vinculada ao processo de incorporação dos Estados Partes ao Mercosul”, informaram os chanceleres em comunicado conjunto.

O comunicado destacou, entre as prioridades, o fortalecimento do processo de integração e o desenvolvimento da integração física e das negociações externas, “com vistas a alcançar resultados e ações concretas em benefício do bloco regional”.

Citou que, com relação às negociações externas, buscarão concluir os “aspectos pendentes” das negociações com a União Europeia e a assinatura de um “acordo equilibrado para ambas as partes com a maior brevidade possível”.

### Hidrovia

O documento informa que os ministros concordam sobre o papel da logística e do transporte multimodal para a competitividade do comércio exterior do bloco. Nesse sentido, destacaram “a importância do Acordo de Santa Cruz de la Sierra, que consolida a Hidrovia Paraguai-Paraná como eixo de desenvolvimento e integração regional”.

Participaram da reunião os chanceleres do Brasil, Mauro Vieira; do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano; da Argentina, Diana Mondino; e do Uruguai, Omar Paganini, além de Celinda Sosa, da Bolívia.

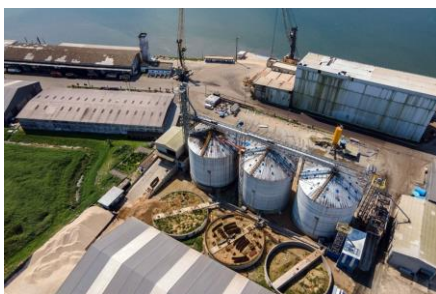
*Fonte: Agência Brasil - DF*  
*Data: 25/01/2024*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### BOLETIM LOGÍSTICO DA CONAB APONTA AUMENTO NA EXPORTAÇÃO DE SOJA PELOS PORTOS DO ARCO NORTE

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25/01/2024 - 21:11*



Os portos do Arco Norte seguem na liderança do escoamento de soja para exportação. De acordo com o Boletim Logístico da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado na quarta-feira (24), 33,8% do total nacional da oleaginosa foram expedidos no último mês de dezembro pelos portos do Arco Norte, contra 32,7% do acumulado do ano passado. Por Santos/SP, foram escoados 30% do grão, contra 32,7% do exercício anterior. As exportações de soja pelo porto de Paranaguá, totalizaram 14,1% do montante nacional, contra 13%

no mesmo período do ano anterior. A origem das cargas para exportação ocorreu, prioritariamente, dos estados do Mato Grosso, Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul.

No caso do milho, mesmo com os percentuais de queda apontados no último mês de dezembro, os portos do Arco Norte chegaram a exportar 41,6% da movimentação nacional do cereal, contra 44,7% no mesmo período do ano anterior. Na sequência, o porto de Santos/SP, com 38,2% da

movimentação total, contra 36,9% no mesmo período do exercício passado; o porto de São Francisco do Sul/SC, onde foram registrados 8,2% dos volumes embarcados (3,7% em igual período do exercício anterior); e o porto de Paranaguá/PR com 7,6% (11,6% do ano passado). Os estados que mais atuaram nas vendas para exportação foram Mato Grosso, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul.

O Boletim Logístico registra ainda os dados gerais de exportação dos dois produtos. Para a soja, aponta-se que 3,83 milhões de toneladas foram exportadas em dezembro/23, contra 5,20 milhões do mês anterior e 1,94 milhão em igual período de 2022. No período de janeiro a dezembro de 2023, as exportações da oleaginosa atingiram 101,8 milhões de toneladas contra 78,7 milhões, ocorridas no mesmo período do ano anterior – incremento de 29,2%. Os fatores de alta foram o aumento da importação de óleos vegetais pela China e a possível antecipação de compra dos agentes internacionais, explicada pela decisão do Conselho Nacional de Política Energética de aumentar o aporte de biodiesel na mistura ao óleo diesel, de 12% para 14% a partir de março deste ano, o que deverá aumentar a demanda pela soja no mercado doméstico. Projeta-se que o percentual suba para 15% nesse período, o que deverá manter as cotações internas acima dos preços externos ou, pelo menos, estimular a disputa pela oleaginosa.

As exportações de milho atingiram 6,06 milhões de toneladas em dez/23, contra 7,41 milhões de toneladas observadas no mês passado e 6,24 milhões no mesmo período de 2022. A desvalorização do produto no cenário internacional contribuiu para a redução da paridade de exportação, intensificando a baixa nos preços domésticos. No período de janeiro a dezembro/2023, as exportações do cereal atingiram 55,8 milhões de toneladas, contra 43,2 milhões ocorridas no mesmo período do ano anterior – incremento de 29,2%. O Mato Grosso, principal estado produtor, contribuiu com 52,15% do total de entregas para o mercado internacional. O estado mato-grossense registrou o escoamento de 29,13 milhões de toneladas, um aumento de 18,7% nas exportações de milho em 2023 em relação ao ano anterior. Esse incremento nas exportações foi impulsionado pela abertura de novos mercados, notadamente a China, e pelo aumento da produção na safra 2022/23, especialmente no segundo semestre do ano.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 25/01/2024*

## VLI ATINGE A ECONOMIA DE 3 MILHÕES DE LITROS DE DIESEL COM O USO DA FERRAMENTA FUELYTICS

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25/01/2024 - 21:11*



**Sistema desenvolvido internamente na companhia está em operação na Ferrovia Centro-Atlântica e na Ferrovia Norte-Sul**

A VLI atingiu a marca de três milhões de litros de diesel economizados até 2023 com a aplicação da ferramenta Fuelytics, que viabiliza a redução a partir da priorização de ações operacionais indicadas por modelagem matemática. Com a redução no consumo do combustível, a companhia conseguiu promover uma diminuição na emissão de gases na atmosfera equivalente a cerca de sete mil toneladas de CO<sub>2</sub>.

Para o gerente-geral de Engenharia de Desenvolvimento e Tecnologia Operacional da VLI, Cesar Toniolo, a marca de economia de combustível acumulada reflete o foco da companhia no desenvolvimento de soluções internas ou em conjunto com parceiros para o incremento contínuo da eficiência energética das operações. “A implantação e a expansão de tecnologias nas nossas rotinas operacionais ocorrem de forma constante, o que nos permite alcançar resultados consistentes, alinhados com o compromisso da companhia de reduzir emissões atmosféricas”, afirma.

O Fuelytics foi desenvolvido no Inova VLI, programa de intraempreendedorismo da companhia, e segue um processo de aperfeiçoamento contínuo, tendo como objetivo oferecer o acompanhamento

dos resultados, além de centralizar as informações de maneira a facilitar a usabilidade e autonomia dos colaboradores.

### Como funciona

O Fuelytics reúne informações operacionais – como as oriundas dos computadores de bordo das locomotivas – e através de modelagem matemática, consegue obter correlações estatísticas e identificar as variáveis com maior potencial de redução de combustível por localidade, fornecendo informações para priorizar as ações que viabilizam o ganho.

Com a mensuração das variáveis impactantes, a ferramenta também é capaz de fornecer informações, que possibilitam a obtenção de ganho em performance e consequente redução no consumo de combustível e emissão de CO2.

Outras variáveis consideradas na equação são a forma de condução do trem e o perfil do trecho percorrido, entre outros componentes que, direta ou indiretamente, implicam na relação consumo X performance.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 25/01/2024*

## SUAPE CONTRATA SERVIÇO DE BUSINESS INTELLIGENCE PARA AUXILIAR DECISÕES ESTRATÉGICAS DE MERCADO

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25/01/2024 - 21:10*



*Projeto Observatório da Indústria acontece em parceria com o Senai Pernambuco*

Para encontrar soluções inteligentes e parceiros estratégicos que fortaleçam as ações do Complexo Industrial Portuário de Suape, a estatal pernambucana anunciou, nesta quinta-feira (25), a contratação do Observatório da Indústria, serviço ofertado pelo Senai Pernambuco em parceria com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). A instituição internacional utiliza

metodologias inovadoras como data science e analytics para embasar tomadas de decisões importantes por parte dos parceiros.

A solenidade contou com a participação do secretário-executivo de Atração de Investimentos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (SDEC-PE), Maurício Laranjeira; do diretor-presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape, Marcio Guiot; do presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), Ricardo Essinger; da gerente de Pesquisa e Prospectiva do Observatório da Indústria, Ana Paula Vasconcelos; da diretora regional do Senai-PE, Camila Barreto; e de representantes da UNCTAD (de forma virtual), de colaboradores de Suape e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

No decorrer da apresentação, especialistas do Observatório detalharam os serviços oferecidos pela plataforma de dados do pacote contratado, a exemplo de pesquisas quantitativas e qualitativas com foco local, regional, nacional e internacional. “São ferramentas fundamentais para aprimorar nossa prospecção por novos negócios, apresentando os diferenciais de Pernambuco em logística, infraestrutura, tecnologia, entre outros segmentos de nossa economia”, pontuou o secretário-executivo Maurício Laranjeira.

“O mercado é dinâmico e nós, como um porto-indústria de relevância para o mercado regional e nacional, temos que estar em conformidade com tudo o que há de mais inovador em nossas áreas de atuação. Essa parceria vai viabilizar o crescimento do porto e do complexo, auxiliará na busca por players de interesse para se estabelecer no território estratégico e compartilhar conhecimentos sólidos do mercado global”, afirmou o gestor de Suape, Marcio Guiot.

O Observatório da Indústria faz uso de tecnologias com forte viés em aprendizagem da máquina, inteligência artificial, big data e internet das coisas. A novidade trará ganhos significativos para a área de negócios da estatal, atraindo público de interesse para futuras parcerias, e para a melhoria da infraestrutura portuária.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 25/01/2024

## RECUPERAÇÃO DO CONTÊINER E SAFRA RECORDE ELEVAM MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DE SANTOS

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 25/01/2024 - 21:09*



*Dados de dezembro confirmam recorde do ano, com 173,3 milhões de toneladas*

O mês de dezembro de 2023, no Porto de Santos, registrou a movimentação, recorde para o mês, de 15,6 milhões de toneladas de cargas, crescimento de 29,1% em relação a dezembro de 2022. Com o resultado, o total desde janeiro foi de 173,3 milhões, confirmando o recorde anual.

“O resultado de dezembro demonstra que há espaço para crescimento da operação no Porto de Santos que, com planejamento e organização, se mantém como principal porto do país”, declara o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. Os dados registrados pela APS apontam que a safra recorde grãos e cana-de-açúcar, juntamente com a recuperação da movimentação de contêineres no Porto de Santos foram decisivos para o crescimento.

Em dezembro, os grãos sólidos movimentaram 2,4 milhões de toneladas a mais do que em dezembro de 2022. Boa parte devido ao aumento na movimentação de soja (+584 mil t, +428%) e açúcar (+998 mil t, +70,5%).

Na movimentação de contêineres, o crescimento no mês também é expressivo. Em toneladas, foram 23,7% de aumento (total de 4,74 milhões de toneladas) e 15,5% de aumento em TEU (medida padrão equivalente a um contêiner de 20 pés). A carga containerizada registrou queda no total do ano, mas vem se recuperando e em dezembro igualou ao movimento máximo dos últimos 3 anos.

### Movimento acumulado

No ano, conforme projetado, o Porto de Santos marcou seu recorde histórico, com a movimentação de 173,3 milhões de toneladas, número 6,7% maior que o de 2022 (quando foram 162,4 milhões). Os embarques cresceram 9,6%, com o total de 130 milhões, e os desembarques registraram queda de 1,2% (43,3 milhões).

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 25/01/2024

## ARTIGO - REFLEXÕES A RESPEITO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS TRABALHADORES AVULSOS PORTUÁRIOS

Por *Rafael Martins Santos e Mário Teixeira OPINIÃO 25/01/2024 - 21:07*



O artigo proporciona uma reflexão sobre os direitos previdenciários dos trabalhadores portuários avulsos num contexto pós-reforma da previdência social.

São apresentadas as classificações pertinentes para o enquadramento do trabalhador da categoria em estudo como segurado obrigatório na qualidade especial em razão de serviço prestado com exposição a nocivo (ruídos contínuos e com frequência superior a 85 dB[a]).

O texto aponta desafios que cercam os trabalhadores portuários. E as mudanças em sua aposentadoria representam apenas alguns dos vários obstáculos enfrentados por eles.

**Autores** Rafael Martins Santos é advogado. Mestrando em Direito e Políticas Públicas. Especialista em Direito Público. Residente Jurídico no Tribunal de Contas Estadual do Paraná. Secretário-geral de Comissão de Direito Previdenciário - OAB/DF. Membro da Comissão de Valorização e Apoio da Jovem Advocacia



**Mário Teixeira** é advogado com especialização em Direito do Trabalho e Previdenciário; Membro da ABDPM - Academia Brasileira do Direito Portuário e Marítimo; Presidente da FENCOVIB – Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Amarradores de Navios e Arrumadores como Capatazia – nas Atividades portuárias; Diretor de Assuntos Internacionais da CONTTMAF - Confederação Nacional do Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, nos Portos e na Pesca; e Secretário de Assuntos Jurídicos da CTB – Central dos Trabalhadores e

**Trabalhadoras do Brasil**

**Acesso à versão integral do artigo em PDF - clique aqui**

<https://cdn-pen.nuneshost.com/-docindexerpdf/Artigo-Reflexoes-a-respeito-dos-direitos-previdenciarios-dos-trabalhadores-avulsos-portuarios.pdf>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/01/2024

## LEILÃO DO EX-NSS 'FELINTO PERRY' SERÁ DIA 23 DE FEVEREIRO

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 25/01/2024 - 19:50



**Arquivo/Divulgação MB**

Casco do antigo navio de socorro submarino K-11, da Marinha do Brasil, receberá oferta mínima de R\$ 1,05 milhão, menos da metade do valor previsto no edital anterior

A Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) fará, no próximo dia 23 de fevereiro, o leilão para a venda e destinação final do casco do ex-navio de socorro submarino (NSS) Felinto Perry (K-11), da Marinha do Brasil. O bem, que necessita de reparos, será ofertado em lote único, com valor mínimo de arrematação de R\$ 1,05 milhão — no edital anterior o valor era de R\$ 2,85 milhões. O certame ocorrerá no Rio de Janeiro e a presença de representantes dos concorrentes para apresentação dos lances será obrigatória. O período de habilitação vai de 24 de fevereiro até 24 de abril de 2024 às 16 horas.

A destinação deve ocorrer conforme a resolução MEPC.210 (63) -2012, da Organização Marítima Internacional (IMO). O edital veda a exportação do casco para países não signatários da Convenção de Basileia sobre o controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito. Além da autorização do país exportador, a exportação do casco depende, entre outros documentos, do consentimento do país importador e da autorização dos países cujas águas jurisdicionais forem utilizadas durante o traslado do casco.

Com 77,8 metros de comprimento, 17,5m de boca e 4,62 m de calado, a embarcação de propulsão diesel-elétrica é equipada com câmaras de recompressão e sino atmosférico — que permite a realização de resgates a profundidades superiores a 300 metros. Quando em operação, o navio desempenhava até 4.107 toneladas de deslocamento, podendo atingir 14,5 nós de velocidade máxima.

O Felinto Perry tem ainda como características um sistema de posicionamento dinâmico (DPS), que possibilitava ao navio permanecer parado em relação a um determinado ponto. Com autonomia de 70 dias e capacidade para até 127 tripulantes, a embarcação possui sistema DP Kongsberg, que controla automaticamente o leme e os propulsores (dois eixos e dois hélices transversais avante e dois a ré). A embarcação foi equipada com 1 guindaste para 30t, 1 guindaste para 3t e convés de voo octogonal de 19 m de diâmetro, acima do passadiço, com capacidade de receber helicópteros de médio porte.

A embarcação se encontra na base da Ilha de Mocanguê, em Niterói (RJ). Construído na Noruega, o ex-navio Felinto Perry foi incorporado à Marinha do Brasil em outubro de 1988. Em dezembro de 2020 foi realizada a mostra de desarmamento da embarcação que, ao longo de 32 anos, foi empregada em tarefas de resgate a submarinos sinistrados e apoio a atividades de mergulho profundo.

O edital ressalta que o pedido de agendamento para visita técnica do bem não é obrigatório, porém é recomendável que todas as dúvidas sobre o estado de conservação da embarcação e dos equipamentos sejam sanadas. O arrematante ficará obrigado a retirar a embarcação do local onde se encontra em até 120 dias corridos após a emissão da nota fiscal pelo leiloeiro.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 25/01/2024**

## MARINHA PUBLICA NORMA ATUALIZADA DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO

Por Danilo Oliveira **NAVEGAÇÃO 25/01/2024 - 18:26**



### Arquivo/Divulgação

Portaria da autoridade marítima que detalha a modificação 1 da Normam-102 entra em vigor no próximo dia 1º de fevereiro

A Marinha do Brasil aprovou a modificação das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (Normam-102). A portaria 115/2024 da autoridade marítima foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (25). Entre os principais aspectos que resultaram na modificação 1 (MOD.1) da norma está a inclusão do exame de seleção para cursos extra-FDEPM quando previsto no PREPOM e inclusão de nota de corte no exame de seleção, bem como a inclusão de exame de proficiência para os cursos extra-FDEPM e aperfeiçoamento nos procedimentos para solicitação dos cursos extra-FDEPM. Houve ainda a alteração na sistemática de credenciamento de entidades.

A MOD.1 também trata da revalidação/reconhecimento dos diplomas dos cursos de graduação/pós-graduação em Ciências Náuticas no exterior; da alteração nos procedimentos para a realização dos exames de seleção dos cursos nas CDA; e na alteração em tempo de estágio embarcado (PREST, PIM e PPOB).

Outros capítulos atualizados abrangem alteração na sistemática de avaliação dos cursos e a inclusão de um inciso que versa sobre a retirada da prova de recuperação; A revisão também inclui um inciso sobre a normatização do conceito do aluno com baixo desempenho acadêmico (BDA) e inclusão do reforço escolar para o aluno com BDA, além de outro que versa sobre repetência. O anexo também menciona alteração do valor do complemento alimentar.

A publicação está dividida em sete capítulos e possui 15 anexos. No capítulo 1 é definida a estrutura do Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM), são detalhados os recursos financeiros, humanos e instrucionais por ela utilizados e é apresentado o processo de credenciamento de empresas para ministrarem cursos do EPM. No capítulo 2 são classificados, identificados e relacionados os cursos do EPM e suas respectivas sistemáticas de execução, sendo também apresentadas as facilidades e os procedimentos para inscrição, seleção, matrícula, cancelamento de matrícula, regime dos cursos, averbação, controles e estágios embarcados.

No capítulo 3, são tratados o Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) e o Sistema de Gerenciamento do Ensino Profissional Marítimo (SISGEPM). O capítulo 4 aborda os cursos a distância. O capítulo 5 mostra os cursos para o pessoal de órgãos públicos, os cursos para estrangeiros e os cursos e estágios para o pessoal das Capitânicas, Delegacias e Agências. No capítulo 6 é detalhado o sistema de avaliação da aprendizagem e no capítulo 7 é normatizada a utilização de simuladores.

A publicação da Marinha do Brasil destina-se a todas as pessoas e instituições que, de alguma forma, participam do SEPM visando a prover-lhes as orientações necessárias, podendo ser de utilidade, ainda, aos demais órgãos envolvidos com o Ensino Profissional Marítimo, os órgãos de apoio, conveniados ou terceirizados, e ao público interessado em geral.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 25/01/2024**

### PECÉM UTILIZA EMBARCAÇÃO AUTÔNOMA PARA ATUALIZAR CARTA NÁUTICA

**Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24/01/2024 - 20:43**



#### **Divulgação Pecém**

Engenheiro destacou que uso de embarcações tipo USV em levantamentos hidrográficos é inovador no mundo e tem grande potencial por sua eficiência operacional

O Porto do Pecém (CE) utilizou a embarcação de serviço Guará, que opera de forma autônoma (USV), para realizar um levantamento hidrográfico com objetivo de atualizar a carta náutica 711 e realizar um estudo de sísmica rasa. De acordo com a administração do porto, foi a primeira experiência do tipo por um terminal portuário do Brasil, além de o levantamento ter permitido um maior conhecimento do solo marinho. O resultado foi aprovado este mês pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM).

Além da área interna, o levantamento cobriu também a rota proposta para um canal de acesso para embarcações de grande porte, a área de fundeio dos petroleiros e futuras áreas de expansão do Porto do Pecém. "Essa aprovação atesta a qualidade do serviço, que foi executado nos padrões mais rigorosos da Marinha, colocando o Pecém, mais uma vez, na vanguarda da inovação do setor portuário", destacou o diretor de engenharia do Complexo do Pecém, Fábio Abreu.

O engenheiro responsável pelo projeto, Felipe Guimarães, acrescentou que o uso de embarcações tipo USV em levantamentos hidrográficos é inovador no mundo e possui um grande potencial por sua eficiência operacional, já que são capazes de operar de forma autônoma, eliminando a necessidade de tripulações a bordo. "Isso resulta em uma coleta de dados mais produtiva, pois as missões podem ser realizadas de forma contínua, 24 horas por dia, sem interrupções para descanso ou troca de tripulação", apontou.

Guimarães explicou que esse tipo de embarcação oferece uma redução de custos e de erros humanos, diminuindo a probabilidade de danos às embarcações e equipamentos. "A ausência de tripulação a bordo elimina os riscos associados à exposição humana a condições adversas, como tempestades ou ambientes hostis. Isso contribui para um ambiente de trabalho mais seguro, reduzindo a probabilidade de acidentes e melhorando a segurança das operações", detalhou.

Outra vantagem destacada é a coleta de dados em tempo real, de forma a possibilitar que as informações sejam transmitidas instantaneamente para centros de controle em terra. "Isso proporciona uma tomada de decisão mais rápida e eficaz, permitindo ajustes imediatos nas operações com base nos dados em tempo real", concluiu Guimarães.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 24/01/2024**

### **BNDES AZUL TEM O MAR COMO CENTRO DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO**

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 24/01/2024 - 20:19



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou nesta quarta-feira (24) a iniciativa BNDES Azul, que terá quatro frentes de atuação. Uma delas é o Planejamento Espacial Marinho (PEM) da costa brasileira, cujo contrato destinado à Região Sul do Brasil foi assinado na ocasião. Há também incentivos à inovação e descarbonização da frota naval, estímulo à infraestrutura portuária e apoio a projetos de recursos hídricos via Fundo Clima.

Além das novas frentes, o banco dispõe de cerca de R\$ 22 bilhões em carteira, relacionados à economia azul. Desse total, R\$ 13,6 bilhões destinam-se a projetos de docagem, embarcações de apoio, estaleiros e navios petroleiros e R\$ 7,7 bilhões são para iniciativas nas áreas de transporte marítimo, portos, terminais e embarcações. Para o setor de turismo marinho e costeiro, estão disponíveis R\$ 296,7 milhões e, para o apoio a projetos de recuperação de manguezais, R\$ 47 milhões, destinados à iniciativa Floresta Viva, em parceria com a Petrobras. Oito manguezais estão sendo protegidos para preservar a vida marinha.

Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o objetivo é colocar o mar de volta no centro da agenda estratégia nacional para fortalecimento da indústria naval e o aprofundamento de pesquisas marinhas no país. “Os interesses que estão nos oceanos, especialmente para um país com 8,5 milhões de quilômetros de costa, são decisivos para o futuro.”

O Planejamento Espacial Marinho da Região Sul terá R\$ 7 milhões não reembolsáveis e prazo de conclusão do estudo, de 36 meses. Será feito o mapeamento dos usos atuais e potenciais do ambiente marinho da Região Sul, que concentra instituições de pesquisa com tradição em estudos costeiros e marinhos e cinco dos dez principais portos do Brasil. Para a Região Sudeste, cujo edital foi lançado durante a solenidade, haverá recursos não reembolsáveis de 12 milhões. As inscrições para seleção de propostas para o PEM Sudeste podem ser feitas até 15 de março.

#### **Descarbonização**

Aloizio Mercadante chamou a atenção para o fato de 95% de as exportações brasileiras serem feitas por navios. No ano passado, o país comercializou mais de R\$ 1,5 trilhão. “Nós precisamos fazer navio. Já fizemos. E temos tecnologia e erros cometidos, para aprender com os erros e corrigir”. No âmbito da economia azul, projetos de construção de embarcações podem ter redução de até 0,24 pontos percentuais (pp) na taxa de juros.

Para projetos de modernização, conversão ou jumborização de embarcações, essa redução pode ser de até 0,40 pp. Já para projetos de docagem, reparo e manutenção de embarcações, a redução pode ser de até 0,2 pp na taxa de juros, caso a empresa tenha política de responsabilidade socioambiental publicada em sítio de internet e apresente inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs).

A Marinha pode sair na frente na área e disputar com outros países e, com isso, seriam reativados também os estaleiros nacionais, disse Mercadante. No ano passado, o BNDES liberou R\$ 1 bilhão para a construção naval, com alta na comparação com os R\$ 600 milhões desembolsados em 2022. Mercadante garantiu que, em 2024, o desembolso não ficará abaixo de R\$ 2 bilhões. “O que nós precisamos é de bons projetos. O BNDES reage às iniciativas”, afirmou.





Até 2025, a Organização Marítima Internacional (IMO, do nome em inglês), da Organização das Nações Unidas (ONU), vai concluir o planejamento de descarbonização das emissões de navios. Segundo Mercadante, até 2030, o Brasil terá que reduzir as emissões, com combustível renovável, nos navios. “A janela que está se abrindo é para produzirmos navios com combustível sustentável e renovável. Substituir petróleo por outras fontes de energia, como amônia verde, hidrogênio verde.”

### Setor portuário

Para apoiar o novo ciclo de investimentos portuários, que prevê cerca de R\$ 45 bilhões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no setor, em arrendamentos e terminais de uso privado, o BNDES dispõe de linhas específicas com prazos favoráveis de financiamento que podem chegar a até 34 anos. “Nosso objetivo não é o lucro imediato”, destacou Mercadante, completando que o compromisso dele “é com o desenvolvimento do Brasil”. Além disso, em atuação conjunta com o mercado privado para alavancar o setor portuário, o BNDES pode realizar operações de mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures, em condições atrativas.

Também como estímulo à inovação do setor naval, o Programa BNDES Mais Inovação, que oferece crédito em taxa TR (cerca de 2%) para investimentos em inovação e digitalização, está aberto para dar suporte às indústrias relacionadas à economia azul.

Em mais uma frente de apoio estratégico do BNDES, o Fundo Clima entra em 2024 com a possibilidade de incluir projetos relacionados a recursos hídricos em uma de suas seis linhas (Florestas Nativas e Recursos Hídricos). A novidade promete proporcionar mecanismos mais amplos para estruturação de projetos ligados à economia azul, com a menor taxa do Fundo, de 1% ao ano.

“Este é um momento responsável. São obras do Estado brasileiro: precisamos cuidar do que é nosso, do Brasil de amanhã, o que perpassa governos, mandatos”, salientou o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, que estava presente à cerimônia.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, disse que a ciência vai ser a base das políticas públicas daqui para a frente. “Claro que vai existir sempre o espaço para o imponderável e a criatividade, mas, cada vez mais, as políticas públicas terão de ser feitas e pensadas com base em evidências. E nada melhor do que ter o conhecimento do nosso imenso oceano, nada mais do que ter conhecimento das nossas florestas, da nossa biodiversidade, dos nossos recursos terrestres, enfim, de tudo que a natureza dispõe.”

Segundo Marina Silva, o objetivo do Planejamento Espacial Marinho que os ministérios de Minas e Energia e da Defesa estão fazendo, juntamente com a Marinha e com apoio do BNDES, é usar, da melhor forma possível, os meios de que o país dispõe não só quanto à biodiversidade marinha e às capacidades oceanográficas, mas também quanto ao grande desafio que a humanidade tem em relação ao problema da mudança do clima.

Marina Silva acentuou que os oceanos são responsáveis pela absorção de cerca de 30% das emissões de CO<sub>2</sub> (gás carbônico), mas têm estoque de carbono maior do que o existente na superfície terrestre. “Se essa biota marinha for destruída e tivermos um processo de emissão de CO<sub>2</sub> a partir dela, acabaremos com as condições que promovem e sustentam a vida no planeta.” A ministra enfatizou que o Brasil é o lugar em que se pode fazer uma inflexão civilizatória.

“Pode-se criar um novo ciclo de prosperidade em que se fortaleça a democracia e se combatam as desigualdades, mas com sustentabilidade econômica, social e cultural. Esta é a diferença de termos tantos recursos, alguns recursos financeiros, alguns deles não retornáveis, para que a gente possa inovar, criar experiências inovadoras que sejam capazes de criar esse ciclo de prosperidade, sem deixar ninguém para trás.”

O oceano, por seu papel cada vez mais relevante na agenda climática, é uma pauta prioritária para a pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação, afirmou a ministra Luciana Santos.

Entre as atividades desenvolvidas pela pasta, Luciana citou o programa Ciência no Mar, de gestão da ciência brasileira em águas oceânicas.

O programa, que tem duração prevista até 2030 e está relacionado ao Planejamento Espacial Marinho, compromete-se com o avanço da pesquisa oceânica para produzir e aplicar conhecimento tecnológico, buscando atingir benefícios econômicos, sociais e ambientais.

A ministra anunciou ainda que o Instituto Nacional de Pesquisa Oceânica, criado no ano passado e situado no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), já iniciou atividades, tornando-se um catalizador de ações sobre o tema.

O Instituto Nacional de Pesquisa Oceânica é uma organização social vinculada ao ministério que vai atender às demandas de apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento, bem como à otimização do uso dos navios brasileiros de pesquisa.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 24/01/2024*

## PORTO DE CABEDELLO INAUGURA TRUCK CENTER NA SEXTA-FEIRA

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24/01/2024 - 20:14*



Na próxima sexta-feira (26), uma solenidade marcará a inauguração do PB Truck Center, um pátio de regulação de caminhões com capacidade dinâmica para 700 caminhões e estática para 175 veículos. A solenidade contará com a presença do ministro dos Portos Silvio Costa Filho, do governador da Paraíba João Azevêdo e do diretor-presidente da Companhia Docas da Paraíba (Docas-PB) Ricardo Barbosa. A comitiva ainda participará de uma solenidade no Armazém 4, conhecendo os novos investimentos.

O Truck Center é uma demanda antiga dos usuários do Porto de Cabedelo, bem como de toda a comunidade portuária, e está sendo executado pelo consórcio PB Truck Center, composto pelas empresas Marajó Logística, Campinense Transportes e RL Construções.

“Essa é, sem dúvidas, uma obra de grande importância para o Porto de Cabedelo. Ela vai melhorar a gestão do fluxo de caminhões no porto, reduzir o impacto ambiental causado pelo estacionamento irregular de caminhões nas vias do entorno e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população de Cabedelo”, afirmou o diretor-presidente da Docas-PB, Ricardo Barbosa.

O PB Truck Center representa um investimento de R\$ 16 milhões. Tem 90 mil m<sup>2</sup> de área, das quais 44 mil m<sup>2</sup> de pátio e 19 mil m<sup>2</sup> de área construída.

O Porto de Cabedelo vive o seu melhor momento nos seus 89 anos de existência. São contínuos recordes operacionais, tendo, por exemplo, registrado uma movimentação de mais de 1,3 milhão de toneladas em 2023. Além disso, são mais de R\$ 200 milhões em investimentos nos últimos 12 meses, que vão desde a requalificação de toda a área primária, reforma dos armazéns, melhorias para trabalhadores e dragagem em vias de homologação.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 24/01/2024*

## INFRA S.A. PRORROGA PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE METODOLOGIA PARA SETOR FERROVIÁRIO

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24/01/2024 - 20:08*



A Infra S.A. prorrogou para o dia 30 de janeiro o prazo para que os interessados em colaborar com a construção da metodologia para calcular os impactos socioambientais e os riscos de projetos ferroviários se cadastrem e apresentem a proposta no Espaço Conecta.

A solução elaborada no ambiente da Infra poderá ser utilizada por entidades privadas interessadas em implementar projetos ferroviário. O recebimento das propostas foi iniciado no último dia 7 de dezembro.

O Espaço Conecta é um ambiente virtual que tem o objetivo de reunir equipes multidisciplinares para reinventar e revolucionar os paradigmas do transporte e da logística brasileira. O formato permite ainda que os participantes possam utilizar a infraestrutura e a base de dados da estatal para construção conjunta do produto.

Para saber fazer o cadastro, acesse: <https://www.infrasa.gov.br/espaco-conecta/>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/01/2024

## ANP DISTRIBUI OS ROYALTIES DE NOVEMBRO PARA CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Da Redação OFFSHORE 24/01/2024 - 20:07



Foram concluídas nesta quarta-feira (24) todas as etapas da operacionalização da distribuição de royalties pela ANP, relativos à produção de novembro de 2023, para os contratos de partilha de produção.

O valor de partilha repassado diretamente aos estados foi de R\$ 435.968.788,18, enquanto os municípios receberam R\$ 577.037.521,19. Em termos de número de beneficiários, os repasses foram feitos a 463 municípios e dpos estados.

O montante total de royalties da produção de novembro de 2023 dos regimes de concessão, cessão onerosa e partilha destinados aos municípios, estados e União foi de R\$ 4,8 bilhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/01/2024

## ARTIGO - A IMPORTÂNCIA DO REPORTO PARA A MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS E FERROVIAS

Por Murillo Barbosa OPINIÃO 24/01/2024 - 20:04

A ATP (Associação dos Terminais Portuários Privados) considera a prorrogação do Reporto até 2028 um importante passo para a modernização dos portos e ferrovias, por meio de incentivos fiscais para investimentos para a compra de máquinas e equipamentos. Trata-se de uma ferramenta que impulsiona os investimentos, estimula o crescimento do setor de logística como um todo e possibilita a geração de emprego, renda e impacta positivamente a economia. A modernização tecnológica oriunda do Reporto incrementa a competitividade dos portos privados brasileiros no cenário global.

A cerimônia de prorrogação do Reporto, realizada nesta terça-feira (23), em Brasília ressaltou a importância do regime tributário para incentivo à modernização e à ampliação da estrutura portuária para os setores portuário e ferroviário.

A presença de três relevantes ministros de Estado, Fernando Haddad (Fazenda), Renan Filho (Transportes) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), sinaliza a sensibilização do governo federal sobre o tema. Além disso, a aprovação do projeto de lei no Congresso Nacional e sua célere sanção



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 014/2024  
Página 60 de 60  
Data: 25/01/2024  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

presidencial confirmam que diferentes estâncias entendem que o retorno que o Reporto gera deverá ser superior à renúncia fiscal esperada para os próximos cinco anos.



A ATP agradece a atenção do governo com o tema e espera que o Reporto seja reconhecido e elevado a um patamar de política pública nos próximos anos e se torne um incentivo permanente para o pleno desenvolvimento do setor de logística nacional, que há anos gera relevantes resultados econômicos para o Brasil.

*Murillo Barbosa é presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)*

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
Data: 24/01/2024



## MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS  
Data: 25/01/2024